

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO

ALINE MANOELA DA SILVA ALVES
SHIRLEY TARGINO SILVA

VESTÍGIOS DE EDUCAÇÃO NOS ESCRITOS DE ANALICE CALDAS DE
BARROS (1891 – 1945)

JOÃO PESSOA–PB
2014

ALINE MANOELA DA SILVA ALVES

SHIRLEY TARGINO SILVA

**VESTÍGIOS DE EDUCAÇÃO NOS ESCRITOS DE ANALICE CALDAS DE
BARROS (1891 – 1945)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba, em cumprimento à exigência parcial para obtenção do título de Licenciatura Plena em Pedagogia, sob orientação da Professora Doutora Maria Lúcia da Silva Nunes.

**JOÃO PESSOA–PB
2014**

A474v Alves, Aline Manoela da Silva.

Vestígios de educação nos escritos de Analice Caldas de Barros (1891-1945) / Aline Manoela da Silva Alves, Shirley Targino Silva. – João Pessoa: UFPB, 2014.

85f. ; il.

Orientador: Maria Lúcia Nunes
Monografia (graduação em Pedagogia) – UFPB/CE

1. Analice Caldas de Barros. 2. Mulher. 3. Educação. I. Silva, Shirley Targino. II. Título.

UFPB/CE/BS

CDU: 37(813.3) (043.2)

Dedicamos este trabalho a Deus por estar sempre presente nas nossas vidas.

A nossa família, em especial aos nossos pais, pela atenção e cuidados na nossa formação moral.

A Lidiane Nayara, pela amizade, sinceridade e companheirismo.

A Lucas Oliveira de Albuquerque, pela amizade sincera e conhecimentos compartilhados.

AGRADECIMENTOS – ALINE MANOELA

“É preciso força pra sonhar e perceber que a estrada vai além do que se vê”. (Los Hermanos). Ao concluir mais uma etapa vivo um sonho. Um sonho que muito batalhei para que fosse concretizado. Bem, sei que esta é apenas uma pequena etapa de uma longa jornada, muito falta para alcançar a minha meta, no entanto jamais chegaria aqui sozinha. Minha eterna gratidão aos que estiveram do meu lado, com todo o seu apoio para a realização deste sonho.

Ao meu Pai Celestial, meu Deus, meu Amigo Fiel, pelo dom da vida, pela oportunidade que me concedeu, tudo é para a sua Glória, sem Ele nada sou. Com todo seu amor ágape, me presenteou com esta graduação, me guiando e me dando sabedoria para enfrentar os obstáculos que surgiam.

Aos meus Pais Valdete Alves e Antonio Gois, que tanto me apoiaram a cada dia, me oferecendo toda a sua dedicação desde as primeiras horas de vida, me ensinando a caminhar e acompanhando meus passos nessa jornada. Isis, minha tia, muitas vezes minha irmã, por todas as palavras de incentivo, de paz e amor no meu trajeto de vida. Aos meus irmãos: Alison, Wagner, André, Ana Paula, Sylvania, Paulo e Ana Lúcia, em especial, Alison e Ana Paula que compartilharam junto a mim, meus momentos de lutas e vitórias. (Tinho) Alison e Ana (Ana Paula), os outros que me desculpem, mas por vocês tenho um carinho especial. Aos demais familiares, tios, avós e primos agradeço por compreenderem os momentos difíceis e participarem dos momentos mais especiais da minha vida. Meu amor por vocês é incondicional!

Elane Candido, Lidiane Nayara, Maria Gécica, Tatianne Ferreira e Shirley Targino minha amigas, confidentes e irmãs de outra mãe, o que seria das minhas noites sem vocês, louvo a Deus por ter me presenteado com suas amizades no decorrer da minha vida acadêmica. Somos como um quebra cabeça, cada uma com uma forma, que a junta-las forma uma linda imagem, e a nossa representa a amizade. Agradeço por todos os sorrisos, choros, conversas, alegria e apoio durante os 4 anos e meio que estivemos juntas, saibam que vocês moraram eternamente no meu coração. Lili (Lidiane Nayara) meu par, me faltam as palavras para te agradecer por tudo, tantas confidências, companheirismo, risos, conselhos, apoio... São tantas coisas boas que nos une que não caberiam neste agradecimento, és o maior exemplo de amizade que alguém poderia ter, obrigada Li. Shirley, minha companheira de monografia, chegastes por ultimo e me

conquistaste como poucos, grata a ti pelas lutas compartilhadas na fase final, pelas palavras que me tranquilizavam, pela dedicação no nosso trabalho por tudo. Amigas, muitíssimo obrigado. Amo vocês!

Aos meus irmãos e amigos em Cristo, Isabela Cristina, Mabelle Cássia, Challane Tayuri, Socorro Lima, e Estefany Fabíola, obrigada por toda a compreensão das ausências na vida e na igreja, por todas as orações, pelo incentivo e pelas palavras encorajadoras, vocês são partes importantíssimas na minha vida. Herbert Gomes, padrinho de formatura e amigo especial. Guri, não poderia deixar de expressar minha gratidão pela torcida, palavras e carinho durante o curso, você está registrado em minha vida, em um dos momentos mais especiais.

Ao meu amado, meu amigo e líder espiritual Henrique Santana, que tem contribuído de uma forma engrandecedora ao meu crescimento enquanto pessoa e serve de Deus. Ricky, com você aprendi o real significado da frase “Não se preocupe, não tenha pressa. O que é seu encontrará um caminho para chegar até você. Deus não demora, ele capricha! Obrigada pelo apoio, conselhos e atenção, ainda que distante você foi e é extremamente importante na minha vida.

A minha querida orientadora Lúcia Nunes, mulher e educadora exemplar. Me acolheu no projeto de pesquisa como uma mãe. Obrigada pela dedicação, as leituras que com muita atenção e paciência nos orientou nessa monografia, separando um tempinho da sua vida na construção do meu conhecimento. Ao projeto de pesquisa “Patronesses de Escolas Públicas: suas memórias e contribuições à educação paraibana (1930 – 1950)” que guiou meus passos para a concretização desta monografia.

Obrigada a todos que, mesmo não estando citados aqui, tanto contribuíram para a conclusão desta etapa e para a Aline que sou hoje.

“Que todo o meu ser louve ao Senhor, e que eu não esqueça nenhuma das suas bênçãos!” Salmos 103:2.

AGRADECIMENTOS – SHIRLEY TARGINO SILVA

Quero agradecer, primeiramente, a Deus (Universo) em todas as formas de vidas, pela minha paz espiritual, sanidade mental, sabedoria e fé sobre tudo que emana das forças positivas do universo. Muito obrigada pelo meu bem maior, a minha vida.

Quero agradecer, em segundo lugar, a minha orientadora Maria Lúcia da Silva Nunes, grande mulher, pelos conhecimentos compartilhados, força e coragem durante esta longa caminhada.

A Universidade Federal da Paraíba, por todas as minhas conquistas acadêmicas e por muitos momentos de felicidade.

Ao Instituto Histórico e Geográfico Paraibano – IHGP, pelas fontes disponibilizadas para a composição da minha pesquisa e principalmente ao senhor Aduino Ramos, pela atenção e disponibilidade de ajudar com documentos pertinentes.

Aos meus queridos professores que me acompanharam durante a graduação, em especial ao professor Dr. Elydio dos Santos Neto (*in memoriam*), Dr. Exuperdito Pedro da Silva, Dr. Eduardo Antonio de Pontes Costa, Dr. Antônio Carlos Ferreira Pinheiro, ao Dr. Luciano Sousa, a Dra. Laura Maria Brito e a Dra. Marineuma de Oliveira.

A minha amada mãe Maria de Lourdes, pelo incentivo, carinho, apoio e amor incondicional.

Ao meu Pai Teotônio Targino (*in memoriam*) pela minha vida e por estar comigo nos momentos mais difíceis.

Ao meu avô Sebastião Adelino (*in memoriam*) pelo amor mais puro e sincero que já conheci neste mundo, pela inspiração de ser uma pessoa de luz e de extrema alegria sempre. “Amor que não se pede, Amor que não se mede, Que não se repete” (Amor Igual Ao Teu/ Cidade Negra).

Ao meu namorado Tiago de Oliveira Albuquerque, obrigada pela paciência, pelo incentivo, pela força e principalmente pelo carinho e amor. Você é a pessoa mais especial da minha vida, um amigo e companheiro incrível, a pessoa mais inteligente e humilde que já conheci. Saiba que lhe admiro muito e esta vitória dedico inteiramente a você, pois ela é muito mais sua do que minha! Te amo, minha vida.

Ao meu querido sogro Inaldo de Albuquerque, pelo convívio, pelo apoio, pela compreensão, amizade e, principalmente, por me auxiliar de diversas formas, me orientando e servindo de inspiração para que eu pudesse continuar.

A minha querida sogra Vanja Oliveira, pelos momentos de agradável convivência, pelo incentivo e apoio constantes, e principalmente pelos seus ensinamentos e compreensão.

Ao meu melhor amigo Lucas de Oliveira Albuquerque que, de forma especial e carinhosa, me deu força e coragem, me apoiando nos momentos de dificuldades e também por seu incentivo e sabedoria que muito me auxiliou para conclusão deste Trabalho de Conclusão de Curso.

Aos meus colegas de curso que compartilharam alegrias, angústias, conhecimentos, ideias e estratégias nas muitas noites no Centro de Educação – CE, em especial a Joyce Rodrigues, uma pessoa de luz; a Lidiane Nayara, por sua genialidade; a Aline Manoela, por sua meiguice e companheirismo; a Camila Almeida, por toda sua paz de espírito que sempre me contagiou; a Tatiane Ferreira, por sua convicção e alegria fraterna; a Gildo Figueiredo pela sua bondade e simpatia de sempre e todos os outros que foram tão importantes na minha vida acadêmica e no desenvolvimento desta monografia.

E não deixando de agradecer de forma grata e grandiosa a todos que contribuíram direta e indiretamente para a minha formação pessoal, profissional e para a realização deste estudo monográfico.

"Não sou das que facilmente se acomodam as exigências do momento"

Analice Caldas

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso propõe analisar duas obras escritas pela educadora Analice Caldas de Barros; a primeira é o livro intitulado como Alagoa Nova (1940) e a segunda é a coluna da revista Era Nova intitulada por Álbum de Mlle. Analice Caldas, a fim de identificar vestígios do pensamento da autora sobre a educação. A primeira obra consiste numa leitura sobre a cidade de Alagoa Nova - PB em seus diversos aspectos e os dados genealógicos dos ancestrais alagoanovenses. Este trabalho destaca a importância desse livro que se localiza na historiografia da Paraíba, registrando a fundação da cidade de Alagoa Nova - PB e o desenvolvimento dos diversos setores, entre eles a educação; apontando elementos para a compreensão da configuração social, cultural e educacional do recorte estabelecido. Já a segunda obra trata da coluna de cunho social da revista Era Nova em que é apresentado um questionário produzido e editado pela própria educadora. Nesta coluna a mesma questiona os seus entrevistados sobre vários temas pertinentes para a sociedade da década de 1920, até perguntas estrategicamente pontuadas: O que acha do feminismo, o que pensa do casamento, o que pensa da religião, o que pensa da sociedade e outras. Os aportes da nova história cultural embasaram a construção do referencial teórico metodológico deste trabalho, pois a corrente de pensamentos advinda do movimento *Annales* abriu um espaço para a consideração das contribuições históricas de sujeitos outrora excluídos pela historiografia, como a mulher, entre outros. Fez-se uma abordagem histórica, por meio da pesquisa biobibliográfica e da análise qualitativa dos conteúdos das obras aludidas acerca da educação, além de apresentar dados biográficos sobre a professora Analice Caldas de Barros, educadora e participante de movimentos femininos na sociedade paraibana do século XX. O desenvolvimento da investigação aponta que Analice Caldas, durante sua atuação, deu contribuições ao meio político, social e educacional com suas práticas pedagógicas e de escrita nas revistas e jornais paraibanos da época, trazendo à discussão questões e deixando registrados vestígios do cenário educacional da Paraíba, no recorte temporal de 1891- 1945.

Palavras-Chave: Analice Caldas de Barros. Mulher. Educação. Nova História Cultural. Feminismo.

ABSTRACT

VESTIGES OF EDUCATION IN THE WRITTEN WORKS OF ANALICE CALDAS DE BARROS (1891 – 1945)

The present graduation conclusion text is intended to analyse two written works produced by the educator Analice Caldas de Barros; the first is a book entitled ‘Alagoa Nova (1940)’ and the second is a magazine column ‘Álbum de Mlle. Analice Caldas’, published in the ‘Era Nova’ magazine. These works were studied searching for vestiges of the author’s opinions in regards to education. The first work consists of a reading on the city Alagoa Nova – PB about its many aspects and the genealogic data of the early alagoanovenses. This text pulls emphasis to the importance of this book, which is in Paraíba’s historiography, registering the foundation of Alagoa Nova – PB and the development of several of its sectors among them education; Pointing out elements for comprehension of social configuration, cultural and educational state of the temporal slice. The second work is about the social column of the ‘Era Nova’ magazine produced and edited by the educator herself in which is presented a questionnaire to her interviewees. In the column she questions her subjects about many pertinent themes to the society of the 1920 decade. Even with some strategically punctuated questions, like: What do you think about feminism? What do you think of marriage? What do you think of religion? What do you think of society? Among others. The theoretical methodological reference used in this text took its basis on the moulds of the New Cultural History. This line of thought, reminiscent of the *Annales* School movement, opened up space for the consideration of historic contributions of subjects before excluded by traditional historiography, such as women, among others. A historic approach makes itself necessary through bibliographic research and a qualitative analysis on the educational contents of the aforementioned works. Beyond presenting historical data about Analice Caldas de Barros, educator and member of feminist movements in the society of Paraíba in the twentieth century, the development of this investigation points that Analice Caldas de Barros, during her actuation, contributed to the political, social and educational environments with her pedagogical practices and writings in magazines and newspapers of the time. Therefore, it was verified that the educator was a woman of great importance on the educational scenery of Paraíba

Key Words: Analice Caldas de Barros. Woman. Education. New Cultural History. Feminism.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Analice Caldas de Barros	30
Figura 2 - Capa do livro "Alagoa Nova – 1940"	43
Figura 3 - Capa da Revista 'Era Nova'.	63
Figura 4 – Lista com o nome de textos escritos por mulheres na Revista Era Nova (1921/1926) (1)	65
Figura 5 – Lista com o nome de textos escritos por mulheres na Revista Era Nova (1921/1926) (2)	66
Figura 6 - Coluna Álbum de Mlle.	69

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADC	Associação das Donas de Casa
APPF	Associação Paraibana pelo Progresso Feminino
DAS	Damas da Ação Social
EHESS	École de Hautes Études em Sciences Sociales
FBP	Federação das Bandeirantes da Paraíba
FBPF	Federação Brasileira pelo Progresso Feminino
IFPB	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
IHGP	Instituto Histórico e Geográfico Paraibano
LBA	Legião Brasileira de Assistência
MLLE.	Mademoiselle
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
SSP	Sociedade de Professores da Paraíba
TJPB	Tribunal de Justiça da Paraíba

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
1.1	REFERENCIAL TEÓRICO METODOLÓGICO.....	18
2	QUEM FOI ANALICE CALDAS DE BARROS?	30
3	INDÍCIOS DA EDUCAÇÃO NA PARAÍBA POR ANALICE CALDAS DE BARROS	43
3.1	CONTEXTO EDUCACIONAL DE ALAGOA NOVA	47
3.2	O ÁLBUM DE MLE: ANALICE CALDAS ENTREVISTA	60
4	CONCLUSÃO.....	77
	REFERÊNCIAS	79
	ANEXO A - SUMÁRIO DO LIVRO ‘ALAGOA NOVA – 1940’.....	82

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho de Conclusão de Curso de graduação plena em Pedagogia tem como objetivo geral analisar as concepções da educadora Analice Caldas de Barros acerca da educação, a partir de seus escritos. Destacando também sua trajetória de vida com enfoque em suas práticas nas áreas educacionais, políticas e sociais. O recorte temporal do referente estudo compreende parte dos séculos XIX e XX, e se justifica pela precisão de trazer à tona a contribuição da educadora Analice Caldas no cenário educacional e social da Paraíba. Além de apresentar dados biográficos sobre a patronesse Analice Caldas de Barros, educadora e partícipe de movimentos femininos na sociedade paraibana, destaca-se também a importância de sua obra prima, o livro que se localiza na historiografia da Paraíba, registrando a fundação da cidade de Alagoa Nova/PB e o desenvolvimento dos diversos setores, entre eles a educação; apontando elementos para a compreensão da configuração social, cultural e educacional do recorte estabelecido.

O presente estudo tem como aporte a perspectiva teórico-metodológica da Nova História Cultural, a qual abre um espaço para as considerações das contribuições históricas de sujeitos outrora excluídos pela historiografia, como a mulher. Foi através desse movimento que surgiu a abertura para o uso de novas fontes, novas abordagens e a entrada de indivíduos outrora excluídos como sujeitos da historiografia. Ela não se dedica diretamente à história de grandes movimentos educacionais, política ou à história oficial, a mesma sai do limite dos grandes homens e dos grandes eventos para considerar novos atores, extrapolando, assim, a utilização de fontes consideradas oficiais para qualquer documento que seja vestígio da presença do homem no mundo.

A palavra “nova” serve para designar e discutir a NHC – como a nouvelle histoire francesa da década de 1970, com a qual tem muito em comum – das formas mais antigas já discutidas anteriormente. A palavra “cultural” distingue-a da história intelectual, sugerindo uma ênfase em mentalidades, suposições e sentimentos e não em ideias ou sistemas de pensamentos. A diferença entre as duas abordagens pode ser verificada em termos do famoso contraste de Jane Austen entre “razão e sensibilidade”. (BURKE, 2005, p. 69).

Escolher um método para ser usado em nosso trabalho de conclusão de curso não nos foi uma das tarefas mais difíceis, pois nós resolvemos seguir as regras da pesquisa

biobibliográfica e o método qualitativo. É fundamental a sistematização das fontes históricas e bibliográficas para explicitar as contribuições da educadora acerca da educação.

Atualmente as áreas de educação vêm trazendo a modalidade de pesquisa qualitativa como uma abordagem metodológica não sistematizada, que apresenta uma análise livre e semiestruturada, compreendendo todos os passos de uma pesquisa formal dentro do enfoque do pesquisador. A análise qualitativa tem como característica básica o processo indutivo, que focaliza fielmente o cotidiano da vida dos sujeitos, auxiliando a compreensão do sujeito e o contexto em que o mesmo está inserido. Os pesquisadores encontram dificuldades com relação às análises, pois não há existência de procedimentos apropriados para se seguir uma sequência. “Para se realizar uma pesquisa é preciso promover o confronto entre os dados, as evidências, as informações coletadas sobre determinado assunto e o conhecimento teórico construído a respeito dele” (LUDKE; ANDRÉ, 2013, p. 1-2).

A pesquisa traz consigo uma carga de valores, fatos históricos, interesses políticos e preferências que norteiam o pesquisador. Portanto a pesquisa qualitativa busca abranger os significados das falas dos sujeitos interligando com o contexto em que ele se insere. O movimento de sistematização ocorre de maneira constante sob a perspectiva de várias dimensões, indo dos questionamentos para a realidade. Nesta pesquisa encontramos alguns trabalhos já existentes sobre a educadora supracitada, como o livro *Analice Caldas A Genealogista*, de Adauto Ramos, publicado em 2013; a dissertação de mestrado *A Eva do século XX: Analice Caldas e outras educadoras – 1891/1945*, do autor Favianni da Silva, publicada em 2007; o livro *Outras Histórias – cultura e poder na Paraíba (1889 – 1930)*, de Alômia Abrantes e Martinho Guedes, publicado no ano de 2010; o livro *Duas vidas a serviço da Paraíba – Diógenes e Analice Caldas*, do autor Eurivaldo Caldas Tavares publicado em 1976; além do artigo ‘Uma leitura do livro *Alagoa Nova (1940)*, de Analice Caldas: em busca de vestígios sobre educação’, publicado pela professora Dra Maria Lúcia da Silva Nunes e da graduanda em pedagogia Aline Manoela da Silva Alves, do ano de 2013.

Face ao exposto, faz-se necessária uma abordagem histórica, por meio de uma pesquisa biobibliográfica e da análise de conteúdos de duas obras produzidas pela educadora Analice Caldas de Barros. Este trabalho de conclusão de curso tem como objetivos específicos apresentar a história de vida da educadora Analice Caldas de

Barros, patronesse de uma escola municipal¹ em João Pessoa - PB, e da biblioteca da cidade de Alagoa Nova – PB; fazer uma análise do livro intitulado de Alagoa Nova – 1940, a fim de identificar vestígios do pensamento da autora sobre educação; e analisar a coluna Álbum de Mlle. Analice Caldas, na revista Era Nova, buscando vestígios sobre as concepções educativas escritas pela mesma educadora.

Analice Caldas de Barros teve sua primeira experiência em educação, como professora das primeiras letras na fazenda experimental de Espírito Santo, na Paraíba, também atuou como professora da cadeira de português no antigo Liceu industrial (Hoje IFPB), além de professora do curso primário. Lecionou também taquigrafia na escola Academia de Comércio Epitácio Pessoa, foi jornalista e colunista da revista Era Nova, na qual publicava entrevistas feitas a ilustres pessoas da sociedade paraibana no começo do século XX. Em relação à militância, esta foi mais uma atividade importantíssima na vida de Analice Caldas de Barros que, com 42 anos de idade, juntou-se a outras mulheres paraibanas e em 1933 criaram a Associação Paraibana pelo Progresso Feminino (APPF), baseada no modelo da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF).

Conforme o exposto, podemos notar a contribuição da determinada educadora como de grande importância no cenário educacional da Paraíba. A escolha se justifica, principalmente, pela participação no Projeto de Iniciação Científica-PIBIC intitulado: “Patronesses de Escolas Públicas: suas memórias e contribuições à educação paraibana”, coordenado pela professora Dr.^a Maria Lúcia da Silva Nunes.

Durante um longo tempo as mulheres ficaram à sombra da história. “Da história muitas vezes a mulher é excluída” (PERROT, 2013, p.168). Foi exatamente por todo esse papel de restrição, que surgiu esse projeto de PIBIC com a tarefa de revelar a história de mulheres que deram nomes às escolas da rede de ensino público da Paraíba, através da construção de biografias com a utilização de documentos oficiais, textos publicados em jornais e periódicos, produções acadêmicas e fotografias. O mesmo ousa também querer contribuir para ativar a memória sobre essas mulheres, em especial, e que suas histórias sejam vistas enquanto parte essencial para a compreensão da sociedade brasileira, composta por homens e mulheres, de credos, raças e classes sociais

¹ Escola Municipal Analice Caldas de Barros. Situada na Rua Cecília Miranda, 22 – Jaguaribe, João Pessoa – PB.

diversas, que com suas práticas cotidianas em instâncias privadas ou públicas ajudaram a construir a sociedade que hoje temos² (NUNES, 2012, p. 4).

Este trabalho de conclusão de curso também se justifica pelo interesse em estudar a história das mulheres, que ultimamente vem recebendo um destaque maior. O interesse de estudar uma mulher, Analice Caldas de Barros, torna-se necessário por todo seu processo de vida, como sua luta pelo direito à educação e a ação de sua emancipação. A partir dessa perspectiva histórica, utilizamos a abordagem teórico-metodológica da Nova História Cultural, que tornou viável a reparação de aspectos do cotidiano, o estudo de novos objetos, novos problemas, novas abordagens e novos sujeitos desenvolvendo-se no contexto de estudos biográficos, compreendendo que uma história individual pode contribuir para a compreensão de uma época, revelando os costumes, modos de pensamentos, ideologias, e vivências ao longo da história.

Buscamos conhecer a trajetória de vida da professora Analice Caldas de Barros e suas contribuições históricas e sociais para o cenário da Paraíba ao longo de sua vida. Destacamos também o livro “Alagoa Nova – 1940”, de sua autoria, buscando homenagear a sua cidade natal Alagoa Nova-PB, e analisamos a coluna o álbum de Mlle (*Mademoiselle*), da revista Era Nova, escrito e editado pela própria Analice Caldas de Barros, em que entrevista personalidades paraibanas. Nossa motivação para o estudo dessa revista parte da reflexão sobre a educação naquele determinado momento, se nas entrevistas a educação aparece e como aparece. Como a educadora acompanhava e se posicionava a respeito do que estava sendo posto sobre a educação na sociedade de sua época.

Este trabalho encontra-se dividido em três capítulos. No primeiro, refletimos sobre o referencial teórico e metodológico da pesquisa delineando os aspectos relacionados com a origem da problemática imposta pelo mesmo, assim desenvolvemos a justificativa, os objetivos, as fontes e a metodologia. O segundo capítulo apresenta a biografia da educadora e suas experiências através da educação. No terceiro e último capítulo trazemos as análises do livro intitulado *Alagoa Nova* (1940) e da coluna da

² Texto retirado do projeto PATRONESSES DE ESCOLAS PÚBLICAS: SUAS MEMÓRIAS E CONTRIBUIÇÕES À EDUCAÇÃO PARAIBANA (1930 – 1950) – PIBIC/ 2012. Coordenado e elaborado pela professora Dra. Maria Lúcia da Silva Nunes.

Revista Era Nova, o Álbum *Mademoiselle* (Mlle) a fim de identificar vestígios do pensamento da autora sobre educação e os cenários políticos e sociais da Paraíba.

1.1 REFERENCIAL TEÓRICO METODOLÓGICO.

Escrever a história das mulheres é sair do silêncio em que elas estavam confinadas
(PERROT, 2013. p. 16).

Neste capítulo trazemos uma leitura acerca das três gerações dos *Annales*, uma vez que a partir desse movimento começaram a surgir novas possibilidades na historiografia. Mais tarde, esse processo resultará na Nova História Cultural, que apresenta a perspectiva da construção da história a partir de elementos até então negados pela história tradicional. A escola dos *Annales* foi um movimento francês inovador sobre a historiografia, que surgiu no início do século XX, e orienta o sentido de uma nova história, ou seja, o historiador deixa de limitar-se ao conceito daqueles parâmetros ditos oficiais e hegemônicos, os quais só tratavam dos “ídolos dos historiadores” (Reis, primeiros ministros, generais, oficiais, eventos políticos e militares) e passa a aproximar a história de outras ciências, como as sociais.

Segundo Rosa Maria Godoy Silveira havia, enfim, inovações na própria história, não só na França, também, na Alemanha, Inglaterra e Estados Unidos. “O foco das críticas residia na história política, na estreita delimitação dos domínios da história e na concepção de fontes históricas” (SILVEIRA, 2010, p. 4). Os *Annales*, como um movimento historiográfico configuram-se com outra denominação de um maior alcance pelo continente europeu, a *nouvelle histoire* (em português Nova História) “propondo-se uma história sem nomes”. (COMTE, 1864 apud SILVEIRA, 2010, p. 2).

A primeira geração dos *Annales* tem início em 1920 e se estende até 1946, na qual os intelectuais da época estavam ligados a debates, críticas, embates e combates da sociedade francesa. Várias contribuições começaram a surgir no primeiro período da *nouvelle histoire*. No centro das discussões intelectuais estavam os historiadores Lucien Febvre e Marc Bloch, tidos como os líderes do movimento pela *nouvelle histoire*. Colaboraram com várias publicações que enriqueciam o movimento, tinham o foco no contexto historiográfico e criticavam a história política tradicional, os tratos de verdades absolutas sobre a história e a historiografia maçante. Febvre, polemista, “defendia arduamente um novo modo de se fazer história, associado aos *Annales*, e dividia o

mundo em duas partes: os que eram a favor dos *Annales* e os que eram contra” (SILVEIRA, 2010, p. 7). Rosa Maria Godoy Silveira, ao discutir em seu texto ‘A terceira geração dos Annales: Cultura Histórica e Memória’, as configurações da nova historiografia, nos oferece um estoque de ações, as quais eram combatidas pelos *Annalistas*, como: rejeição às filosofias da história; o historicismo metódico; factualismo, e o apagamento da noção de causalidade, pois nada se pode analisar isoladamente, os fatos estão sempre interligados. Com essas estratégias de combate, se encerra a primeira geração dos *Annales*, instituída por métodos e contribuições de várias ciências sociais.

Fernand Braudel foi o principal contribuinte de obras a influenciar a segunda geração dos *Annales* (1946-1968). Braudel começa a ganhar influência quando seu orientador Lucien Febvre o convida a partilhar a direção do periódico de que mais tarde se tornaria diretor em 1956, após a morte de seu mestre. Ainda assume a secretaria da *École des Hautes Études em Sciences Sociales* (EHESS), cria e dirige novas instituições de pesquisa passando a congregar em torno de si novos pesquisadores históricos ainda não situados no *establishment* universitário, também agenciou pesquisas disciplinares e interdisciplinares. Observamos, portanto, o alargamento e aprofundamento institucional dos *Annales* promovido por Braudel, já que antes ficava às margens da produção acadêmica. “O seu raio de alcance se amplia e, desde quando Braudel assume a direção da revista até a sua aposentadoria, em 1972, a *nova história*, pela rede de contatos e intercâmbios estabelecidos no período, adquire dimensões internacionais” (SILVEIRA, 2010, p.15).

Braudel reiterou a cultura fundadora dos *Annales* em alguns eixos condutores, em especial a interdisciplinaridade que constitui sua maior contribuição ao movimento dos *Annales*. Esta foi demonstrada tanto em suas palavras e obras quanto em suas ações na institucionalização de programas acadêmicos que levavam a abordagem da interdisciplinaridade. Em seus múltiplos temas, procurava a cooperação dos demais campos das ciências humanas e ansiava pela complexa interação das ciências, que combinassem estudos da estatística, antropologia, demografia, economia política, geografia, sociologia e psicologia social.

A segunda geração dos *Annales* foi um movimento tanto de renovação quanto de reiteração da historiografia, em relação a concepções e práticas já esboçadas pela

primeira geração e possibilitou o uso da documentação seriada, além do desenvolvimento de métodos específicos. As características específicas da segunda geração dos *Annales* são compostas por faces peculiares do seu tempo, como: a predominância de trabalhos na área da demografia histórica e da história econômica; a promoção de temáticas em síntese de âmbito regional em contraste à confinada em Estados nacionais; o abandono de estudos sobre antiguidade e história contemporânea, devido à dificuldade de se obter dados estatísticos confiáveis desses períodos; a sistematização da temporalidade de longa duração, trazendo o foco de fatos singulares para fatos de massa; dava-se maior ênfase às forças produtivas minimizando o âmbito de figuras políticas, e ostentação de uma memória histórica ampliada, com novas fontes documentais e a modificação das fontes para massas documentais homogêneas.

Já a terceira geração dos *Annales* foi marcada por mudanças intelectivas, a qual tem o ano de 1968 como marco. Houve muitos acontecimentos definitivos nessa época, na década de 60, principalmente, mas aquele ano, 1968, abalou a França e veio trazer uma nova fase na trajetória do movimento historiográfico. A maior mobilização estudantil da história da França ocorreu naquele ano, trazendo ao país um cenário turbulento sobre enfrentamentos dos estudantes com a polícia. “Provocados por uma repentina conversão de uma massa de homens e mulheres jovens, de classe média, à causa rebelde” (COSTA, 2007 apud SILVEIRA, 2010, p. 20). Esse movimento não estava restrito apenas à França, aos poucos se propagava pela Europa, depois para a América e a Ásia, com diversas motivações, sob causas comuns, denunciando os efeitos negativos do capitalismo ocidental e em defesa das liberdades individuais, como a defesa do aborto. “Os combates não eram apenas historiográficos, eram históricos: de um lado, confrontava-se com o Governo em torno de reformas educacionais, de outro, contra os estudantes e os professores secundários” (SILVEIRA, 2010, p. 22).

“Configurar a 3ª geração dos *Annales* não é tarefa simples. Primeiramente coloca-se a questão dos seus marcos temporais” (SILVEIRA, 2010, p. 24). Nesse contexto, a dificuldade maior desse estudo seria a fixação dos marcos temporais rígidos que compõem a história intelectual e cultural, pois muitos historiadores mudaram suas metodologias de pesquisa, enquanto outros mantiveram a mesma metodologia da geração anterior. E, ao mesmo tempo, muitas figuras são nascidas, intelectual e etariamente, da geração anterior.

Ainda que diante de todos esses percalços da época, algumas configurações históricas permaneçam e outras surjam passando a predominar, como: a constante busca pela interdisciplinaridade, com o aparecimento de outras ciências sociais, como a linguística, a literatura, as ciências (naturais), a arte e o cinema; o deslocamento da pesquisa histórica para o estudo das estruturas mentais, fazendo o surgimento de uma nova história cultural; pluralidade dos sistemas explicativos, com uma concepção histórica inscrita na longa duração, que para Le Goff seria uma escrita livre feita por homens livres, e a continuidade dos fatos históricos serem orientados pela história estrutural e a história serial. Seguindo o pensamento de Le Goff (1988), a reconstituição de uma memória é como uma construção psíquica e intelectual do indivíduo que está inserido num contexto familiar, social e nacional. Le Goff (1988) contempla a importância da releitura e a retomada de fontes utilizadas na história social como, por exemplo, os arquivos, que ganham ênfase maior e outros tipos de fontes também, como os artigos em jornais, revistas e boletins, com a intencionalidade de problematizar a maneira de pensar ou de sentir do indivíduo.

Por outro lado, buscamos uma perspectiva temporal sobre A nova História Cultural, que também é conhecida como a terceira geração dos *Annales*. No campo da história da educação, esta vem contribuir de modo a não se interessar apenas pelos grandes movimentos educacionais ou grandes pensadores, mas volta seu olhar para novos objetos de pesquisas e novas maneiras de abordá-los. Desde o seu surgimento, a Nova História Cultural deslocou sua atenção para a história dos homens comuns, preocupando-se com suas práticas culturais, suas experiências da mudança social.

A nova história cultural nasce da crítica ao historicismo e pela elevação da dimensão cultural da História. Essa mudança decorre de novas forças sociais, que configuram diferentes lutas e atingem vários campos do saber, reabrindo as discussões teórico-metodológicas sobre a história. Esse processo tem como marco o alargamento do conceito de fontes, o qual possibilita incorporação de novos objetos e sujeitos, no processo histórico, que durante muito tempo ficaram ocultados ou desconsiderados da historiografia. Surge na década de 1980 uma interna distinção sobre o campo da cultura, com fortes críticas à história tradicional ou história cultural clássica, ampliando os estudos e as escritas sobre várias abordagens da história cultural. “A história cultural tal como a entendemos, tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes

lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler” (CHARTIER, 1988. p. 16-17). Podemos dizer que esse movimento se estabelece em uma configuração sobre pensar a historiografia acerca da cultura popular, sem excluir as expressões de cultura das elites.

No texto ‘A terceira geração dos Annales: Cultura Histórica e Memória’, Silveira nos traz uma síntese sobre a compreensão de cultura feita nesse percurso da nova história cultural: “Cultura não é apenas um conceito, mas, também, uma dimensão do processo social, uma construção histórica”. A Nova História Cultural propõe novos métodos a serem trabalhados pela historiografia social e não trabalha apenas com os grandes feitos dos heróis, mas com pessoas comuns que fizeram e fazem parte do processo de conquistas, que como um processo de construção histórica amparou o uso da memória para essa construção. Nesse período, a aproximação com a psicanálise também ajudou com a investigação de vários questionamentos relacionados ao uso da memória no processo histórico. Entre esses questionamentos estão: o trabalho da memória contra a perda e o esquecimento; a pluralidade de memória entre a repetição e a reconstrução; as tensões em seu âmbito; os processos de sua transmissão; os seus usos sociais; e o enraizamento da memória na consciência coletiva. Nesse caso, recebem ênfase outros tipos de fontes, os artigos em jornais, revistas, fotografias, fontes orais, com um realce característico sobre a invenção de novas fontes, trazendo a intenção de problematizar a maneira de pensar ou de sentir do indivíduo.

Essa perspectiva histórica no campo da cultura nos remete à história vista por outro ângulo, uma história feita por homens e mulheres comuns acerca de suas representações sociais. Em outras palavras, este trabalho se apoia em uma vertente que incorpora outros sujeitos ao processo da historiografia. Nesse caso, trazemos à baila a trajetória da professora Analice Caldas de Barros, focando a leitura de seus escritos e como eles se reportam à educação.

A história de vida da educadora Analice Caldas de Barros foi diferente da história de vida de várias mulheres daquela época; sua condição social permitiu que a mesma tivesse acesso à educação e a outros bens culturais ainda muito restritos à maioria da população paraibana. Ao migrar para a capital, cidade de Parahyba, no ano de 1909, Analice Caldas de Barros passou a conviver com a família de seu tio Trajano de Caldas Brandão, mais conhecido como Dr. Caldas Brandão, bacharel em ciências jurídicas e

desembargador do Supremo Tribunal de Justiça da Paraíba (atualmente TJPB). Acredita-se que a convivência com os novos familiares pode ter influenciado a mesma em sua dedicação pelas atividades jornalísticas.

Analice Caldas de Barros não estava à margem da sociedade, ela era filha de uma tradicional família de proprietários rurais da região do Brejo Paraibano. Porém, mesmo estando em posição social mais elevada, além de professora, não ficou presa à comodidade, foi uma árdua defensora dos ideais feministas do seu tempo, no papel de sócia fundadora da Associação Parahybana pelo Progresso Feminismo (A.P.P.F.), em 1933, ao lado de outras mulheres. Esse grupo exerceu um importante papel nos bastidores da política do estado da Paraíba, porque as mulheres participavam ativamente da campanha de apoio ao presidente João Pessoa, além de ser uma simbólica expressão de atuação política feminista na década de 1930, mesmo defendendo, contraditoriamente, em alguns momentos a preservação da família e da sociedade tais como se apresentavam. Analice Caldas foi uma das primeiras mulheres a fazer parte do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano – IHGP, em 5 de julho de 1936, juntamente com sua amiga, Alice de Azevedo Monteiro.

Por reconhecer a importância das atividades que a educadora Analice Caldas de Barros desempenhou na sociedade paraibana, na luta pelos direitos da mulher, que incluía o acesso à educação, comungando com as ideias dos movimentos feministas daquela época, que trazemos uma breve discussão sobre o feminismo, neste trabalho de conclusão de curso, como um meio de compreender o presente e suas relações com o passado, pois

[...] faz valer do dito de que toda história é história contemporânea: tem um compromisso com o presente, ou seja, interroga o passado tomando como referência questões que fazem parte de nossa vida, como a existência da desigualdade de gênero, os significados das aparências, as manifestações da sexualidade, a luta por direitos, o papel da família, do Estado e das religiões no cotidiano das pessoas, as dificuldades e possibilidades de acesso à cultura, entre outras. (PERROT, 2013, p. 11).

Em pleno século XVIII, havia discussões sobre as mulheres serem seres humanos como os homens ou se eram animais irracionais. Elas tiveram que esperar mais de um século para verem seus direitos reconhecidos: direito à educação, direito ao voto, direito de sair às ruas, direito de decidir com quem queriam casar, direito de escreverem suas

histórias. Apenas no século XX se descobre que as mulheres possuem uma história. Nesse processo histórico também é reconhecido que a história das mulheres pode ser escrita. Hoje, finalmente, é uma área acadêmica consolidada.

Depois do silêncio rompido é que tem início um movimento de luta coletiva das mulheres em todo mundo. Porém, devido ao acesso da escrita chegar tardiamente às suas vidas, restaram poucos vestígios diretos, escritos e materiais, sobre suas produções historiográficas. Os escritores, observadores e cronistas da época, em sua grande maioria eram homens, a escrita era reduzida ou ditada de estereótipos, diziam pouco sobre as mulheres reais.

O mesmo ocorre com as crônicas medievais e as vidas de santos: fala-se mais de santos do que de santas. Além disso, os santos agem, evangelizam, viajam. As mulheres preservam sua virgindade e rezam. Ou alcançam a glória do martírio, que é uma honra suntuosa. (PERROT, 2013, p.18).

Já no século XX, as mulheres têm acesso à universidade, algumas se interessam pela história das mulheres, mas ficam à margem do processo revolucionário sobre historiografia, que estava acontecendo na França, com o movimento dos *Annales*. A escola dos *Annales* traz um caráter inovador sobre a historiografia, rompendo com o exclusivismo político, enfatizando a visão econômica e social como suas prioridades. Para os membros dos *Annales*, a história das mulheres não era cogitada como diferença de sexos e também não se constituía como uma categoria de análise. O movimento era composto apenas por pesquisadores homens.

O nascimento da história das mulheres acontece primeiramente na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos da América nos anos de 1960 e na França surge nos anos de 1970. Foi nessa década, que aconteceu uma renovação na crise dos sistemas (Marxismo e Estruturalismo), a história passa a se aliar com a antropologia e redescobrem a família e começam a pensar nas medidas de todas as dimensões familiares. Essa trajetória nos leva ao funcionamento de um novo processo de historiografia, pelo viés da família, novos personagens surgem na história: a mulher, a criança, o jovem, as idades da vida e outros. A Nova História Cultural, também conhecida como a terceira geração dos *Annales*, muda o clima intelectual das academias e a maneira de escrever história.

Por fim, os rumos que as leituras realizadas tomaram nos levaram à trajetória individual dessa educadora que, através da imprensa, pode militar e divulgar suas ideias

de forma a despertar nas mulheres um sentimento de valorização de suas conquistas. Em suas atividades escritas, pode-se citar como exemplo o jornal A União e a revista Era Nova, que no século XX exerceram grande influência na sociedade paraibana, e nesse espaço as partícipes tinham a oportunidade de publicar textos que faziam referência às mulheres e seus direitos. Aos 42 anos de idade, Analice Caldas de Barros juntou-se a outras mulheres paraibanas e em 1933 criaram a Associação Paraibana pelo Progresso Feminino (APPF).

No que se refere às práticas políticas e educativas propagados pela entidade, entendidas como expressão significativa do movimento feminista brasileiro, Analice Caldas e tantas outras mulheres de sua época se propuseram a defender ideais como: a elevação do nível de instrução feminina, proteção materna e da infância, obtenção de garantias para o trabalho feminino, estímulo ao interesse da mulher nas questões sociais, assegurar os direitos políticos para as mulheres, e o preparo educacional para o exercício da inteligência (SILVA, 2007, p.63).

O feminismo é um movimento independente, social e político que parte de pessoas que se pronunciam e lutam pela igualdade entre os sexos, por meio do empoderamento feminino e libertação de padrões opressores baseados em normas de gênero. As ativistas femininas pregam pela causa dos direitos iguais entre homens e mulheres, dentre eles estão direito ao voto, à autonomia e à integridade de seu corpo, pelos direitos ao aborto e pelos direitos reprodutivos (incluindo o acesso à contracepção e a cuidados pré-natais de qualidade); pelos direitos trabalhistas, incluindo a licença-maternidade e salários iguais, pela proteção de mulheres e contra a violência doméstica, o assédio sexual e o estupro e todas as formas de discriminação. Ao longo da história, a luta do movimento feminista age em ondas, é intermitente, não se baseia em organizações estáveis, durante a maior parte de sua história suas líderes eram mulheres brancas e de classe média. Um célebre exemplo foi dado por uma britânica, Josephine Butler que, no ano de 1885, levou duzentas e cinquenta mil pessoas ao Hyde Park, em Londres, com flores brancas, para denunciar a prostituição e defender a pureza sexual das mulheres. O movimento foi cada vez mais se acelerando e ganhando força em vários lugares do mundo, principalmente na década de 1960, quando nasce nos Estados Unidos da América o movimento pelos direitos civis.

Na Paraíba o movimento feminista tinha um papel moralizador, prezava pela elevação da família e o aperfeiçoamento do lar, a maternidade era um símbolo sagrado e de função primordial, portanto as mulheres tinham que conciliar suas funções. Dessa forma a característica do feminismo paraibano da época era proposta por um papel de colaboração com o homem, continuando com seu fiel papel de administradora do lar. A busca era por um pensamento autônomo para agir e possuir os mesmos direitos que os homens tinham.

As questões em torno dos direitos políticos e civis foram postas em discussão intensivamente ao longo do período que antecedeu a constituinte de 1934, e o resultado da luta só veio acontecer, em 1962, 28 anos depois do direito ao voto, com a lei 4121, e com a aprovação do Estatuto Civil da mulher, equiparando os direitos dos cônjuges (SILVA, 2007, p.78).

A Associação Paraibana pelo Progresso Feminino (APPF) tinha uma pauta com um conteúdo educativo, a qual visava um interesse no contexto da conjuntura política local, elaborando novas ideias educacionais, a exemplo do apoio ao ideário da Escola Nova que chegou fortemente ao Brasil no começo do século XX e ao processo de expansão do ensino, que tinha como intuito elevar o nível de instrução para as mulheres. A composição da associação dava-se por 12 núcleos de trabalhos, os quais eram destinados às sócias e demais mulheres. Nesse bloco de ensinamentos encontravam-se a literatura e cultura da língua materna; brasilidade (geografia e história da pátria); francês; inglês; alemão; italiano; economia doméstica; cultura física; prendas domésticas; pinturas; jogos recreativos; músicas; beneficência e educação política – social (noção de direito usual). Na época, as sócias fundaram também uma biblioteca para que pudessem discutir sobre leitura e fazer melhores estudos.

O papel educativo foi preponderante nas práticas culturais da associação paraibana. Logo que as condições permitiram, as sócias mantiveram uma escola para aqueles que, não estando em idade escolar ou que trabalhando para a própria manutenção, não dispunham de bastante tempo para estudar. (A UNIÃO, 15 de março de 1933. p. 8, *apud* SILVA, 2007. p. 79).

Na segunda metade da década de 1930 os movimentos das mulheres e as organizações começam a recuar em comparação com décadas anteriores. Formalmente, as reivindicações das mulheres haviam sido atendidas, já podiam votar e serem votadas, ingressar nas instituições de ensino e no mercado de trabalho. O sistema social e

político absorvera as conquistas das mulheres, as quais implicaram no reconhecimento de sua efetiva cidadania.

Em 1937, Getúlio Vargas decreta o Estado Novo e fecha o Congresso até 1945. Com isso, o feminismo foi sufocado junto com os demais movimentos sociais. A capacidade de mobilização das organizações políticas incluindo a FBPF foi abalada e, momentaneamente, encerrada a carreira das mulheres que estavam no parlamento.

De uma maneira mais ampla, podemos dizer que a partir da década de 1940, a Paraíba passava a ter um movimento feminista de configuração em torno das mobilizações de cunho assistencialista e beneficente, voltadas, especialmente, para arrecadação de verbas para obras de caridades, a exemplo da *Associação das Donas de Casa – ADC*; *Noelistas*; *Sociedade de Professores da Paraíba – SPP*; *Legião Brasileira de Assistência – LBA*; *Federação das Bandeirantes da Paraíba – FBP*; *Damas da Ação Social – DAS*, entre outras (SILVA, 2007, p. 80).

Já na segunda metade do século XX, precisamente após o ano de 1970, o feminismo vai à luta pela “liberação” das mulheres, no sentido de igualdade entre os gêneros. As mulheres se redescobrem no amor, amizade, sexo, prazer e homossexualidade. O direito ao saber já vem de uma luta antiga, que se consolida não somente com relação à educação, mas à instrução, porque ela comanda tudo, a leitura, a escrita, o trabalho, o prazer, a emancipação, a promoção e os direitos iguais. As reivindicações pelos direitos sobre o corpo começam a surgir com o chamado feminismo contemporâneo, que se dá em toda parte que há movimentos, que puseram sentido sob a forma de revolução, com o direito à interrupção de uma gravidez e à liberdade de contracepção. A França reconhece isso no ano 1975, com a Lei Veil³. Ao mesmo tempo, nos anos de 1980, novamente a França junto ao mundo ocidental luta pela proteção da mulher, através das lutas em favor da penalização do estupro, assédio sexual no trabalho, do incesto e da submissão a maus tratos físicos. As mudanças foram muitas e até chegou a tratar a mulher como vítima de causas abomináveis. Revendo a importância desses movimentos, hoje podemos medir seus efeitos e melhorias nas causas sociais pela modernização das relações entre os gêneros.

Podemos dizer que Analice Caldas foi uma mulher envolvida nas questões do seu tempo, se destacando em lugares que, um pouco antes, as mulheres não frequentavam.

³ A Lei Veil entrou em vigor no dia 17 de janeiro de 1975 e sua principal contribuição foi a despenalização da interrupção voluntária da gravidez. Tem seu nome em homenagem à política francesa Simone Veil, a mesma que projetou a lei, a primeira mulher a presidir o Parlamento Europeu.

Talvez o fato de ter sido uma jovem de família rica tenha facilitado a sua entrada nos ambientes outrora exclusivos aos homens. A sua associação ao Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP), junto com Alice de Azevedo Monteiro, contribuiu para a memória historiográfica da Paraíba, tanto no cenário da genealogia quanto no âmbito educacional. Nessa instituição, Analice Caldas de Barros destacou-se como a primeira mulher genealogista, no departamento de genealogia, atuando também como tesoureira. Sobre tal fato podemos afirmar que a professora Analice Caldas de Barros foi, realmente, uma mulher diferenciada, porque se entrarmos nos arquivos públicos, veremos poucas histórias no que concernem às mulheres. É a partir do século XVIII, que as mulheres começam a ocupar um lugar central na história do cotidiano, histórias essas que expressavam conflitos, situações familiares difíceis e a relação da vida de pessoas que tentaram de tudo para sobreviver. Provavelmente se Analice Caldas não viesse de uma família tradicional, não tivesse ocupado os lugares que ocupou, se não tivesse publicado seus escritos, não teríamos encontrado os vestígios de suas memórias nos arquivos do nosso estado.

De maneira geral, a presença das mulheres nesses arquivos se dá em função do uso que fazem da escrita: é uma escrita privada, e mesmo íntima, ligada à família, praticada à noite, no silêncio do quarto, para responder às cartas recebidas, manter um diário e, mais excepcionalmente, contar sua vida. Correspondências, diário íntimo, autobiografia não são gêneros especificamente femininos, mas se tornam mais adequados às mulheres justamente por seu caráter privado. (PERROT, 2013, P.28).

Isso nos indica o fato de que ainda existem poucas autobiografias de mulheres, porque algumas ao chegarem ao meio ou final de uma vida se questionam sobre o porquê de falar sobre sua vida, Minha vida não foi nada, diz a maioria das mulheres. Aquelas que o fizeram, falaram sobre formas de memórias do seu tempo, com pretensão de evocar os homens com quem conviveram. Felizmente no século XX, a situação começou a mudar consideravelmente, nasce nas mulheres uma vontade de preservar suas memórias, para lutar contra o esquecimento de sua existência. Na França uma modesta assalariada, chamada de Marie- Louise Bouglé e amiga de Margarite Durand, fundadora do jornal *La Fronde*⁴, teve a iniciativa de juntar diversos gêneros textuais e repassar este acervo para a biblioteca da própria Margarite Durand. No entanto, a ideia

⁴ *La Fronde* foi um jornal francês feminista primeiro publicado em Paris em 09 de dezembro de 1897, pela ativista Margarite Durand. Margarite foi uma renomada atriz e jornalista, que usou sua imagem para atrair as mulheres da sociedade parisiense a contribuir com artigos para o seu jornal diário, que era escrito inteiramente por mulheres.

foi interrompida pela morte de Marie- Louise Bouglé, sendo assim seu marido entregou todo o acervo à Biblioteca Nacional da França.

Quando se fala a respeito da presença das mulheres nas bibliotecas, tal fato se refere à história das mulheres ao longo dos anos, que tiveram como vias de escrita a religião, através da oração, e o imaginário, com os romances e as poesias. Dois fatores que influenciaram na escrita das mulheres aristocratas foram os conventos e os salões, as religiosas copiavam os manuscritos e os salões eram compostos por homens galantes o que exigia uma linguagem mais elevada. Ao longo do tempo surgem outros fatores que levam as mulheres ao encontro da escrita, por exemplo, a existência de um público leitor feminino, a predominância de alguns gêneros, como gastronomia, pedagogia, imprensa de moda e os romances. Em todo o caso, daí em diante pode-se ter alguns escritos e ouvir mais a “voz” das mulheres.

Para a formulação deste trabalho, a pesquisa focou as fontes pertencentes ao Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP), numa pesquisa biobibliográfica, na qual se trabalhou com o jornal *A União* e as análises sobre o livro *Alagoa Nova* (1940). Para auxiliar esta pesquisa com informações sistematizadas e organizadas, relativas à história da educadora Analice Caldas de Barros, os estudos estenderam-se ao material no banco de dados disponibilizado pelo projeto de pesquisa “Em Busca de Vestígios: Memórias e Histórias de Mulheres que Nomeiam Escola, vinculada ao Grupo de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil” - (HISTEDBR-GT/PB), e a Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba foi de suma importância para a realização deste trabalho monográfico.

Compreende-se que uma história individual pode contribuir para a compreensão de uma época, revelando os costumes, modos de pensamentos, ideologias e vivências. O presente trabalho construiu-se também com o auxílio de livros, documentos, artigos e dissertações que evidenciam a sociedade na qual a educadora Analice Caldas de Barros esteve como partícipe da história, escrevendo e consolidando contribuições à educação na Paraíba.

2 QUEM FOI ANALICE CALDAS DE BARROS?



Figura 1 - Analice Caldas de Barros

Fonte: <http://www.fotolog.com/fhavianny/43643568/>

Mulher, lutadora, educadora, escritora, patriota, humana são alguns dos adjetivos que podemos atribuir a Analice Caldas de Barros. A menina do interior destacou-se no seu meio, como exemplo no século XX, em meio aos limites impostos por uma sociedade restritiva à mulher. Como educadora, não media esforços para instruir os menos favorecidos gratuitamente em sua casa. (LINS, 1976) No entanto, poucas ainda são as informações a seu respeito, para muitos ela ainda continua sendo apenas uma professora que nomeia uma escola na cidade de João Pessoa e uma biblioteca na sua terra natal Alagoa Nova, ambas na Paraíba.

Para a construção da biografia de Analice Caldas de Barros, utilizamos duas referências consideráveis que trazem à tona sua história, uma diz respeito à dissertação de mestrado de Favianni Silva, defendida no ano de 2007 na Universidade Federal da Paraíba, e a segunda o livro *Duas Vidas a Serviço da Paraíba* Diógenes e Analice Caldas, escrito por Eurivaldo Caldas Tavares, primo da nossa biografada, no ano de 1976, trinta anos após sua morte.

Filha de Manoel Paulino Correia de Barros e Ana Salvina Caldas de Barros, família de descendentes portugueses que residia em Alagoa Nova desde o início do século XIX. Seu avô paterno, Mileno Paulino Correia de Barros, o proprietário do

Engenho Horta, possuindo a maior senzala da Vila com 16 escravos, fazia também parte do Partido Liberal, exerceu cargos públicos, casou-se três vezes tendo descendentes apenas do segundo casamento com a senhora Canuta Pessoa Bezerra Cavalcanti. Seus avós maternos, Trajano Américo de Caldas Brandão e Ana Umbelina de Caldas Cavalcanti eram agricultores no município de Pilar. Do enlace matrimonial de Manoel Paulino e Ana Salvina, sobreviveram quatro dos nove filhos: Anatolio, Lauro, Cléa e Analice Caldas. Foram esses os pais e avós de Analice Caldas de Barros.

A educadora nasceu em 30 de agosto de 1891 na cidade de Alagoa Nova localizada no brejo da Paraíba. Os primeiros anos de sua infância, Analice Caldas de Barros cresceu ao lado dos irmãos no ambiente “bucólico” da propriedade de sua família, vendo e aprendendo o fabrico da rapadura e a destilação da aguardente (TAVARES, 1975, p. 41) Sobre a infância de Analice Caldas de Barros, Tavares (1975, p.41) afirma ainda

Inteligente e viva, logo cedo salientou-se entre os melhores discípulos, na aprendizagem das primeiras letras. Concluído o curso, seus pendores pelos estudos eram tais que não hesitou em por de lado os carinhos paternos e os encantos da vida despreocupada do campo largando-se em busca de melhores triunfos.

Sobre sua alfabetização, não encontramos fontes que nos indicam se a educadora foi alfabetizada em casa com uma professora, como era de costume das filhas das famílias ricas, ou se foi alfabetizada pelas escolas municipais de Alagoa Nova.

Lançando o olhar na segunda hipótese, a resolução do governo imperial nº 36 do ano de 1886, no artigo 8º, que faz referência a matriculas dos alunos na educação primária, afirma que as crianças deveriam estar em idade entre 6 e 15 anos, ou seja, se Analice Caldas foi alfabetizada nas escolas publicas da vila de Alagoa Nova, uma de suas possíveis professoras pode ter sido Maria Umbelina de Arruda Lira que assumiu a cadeira de professora da educação primária até 21 de outubro de 1896; ou Josefa de Almeida e Albuquerque que tomou posto logo após Maria Umbelina ficando até 30 de maio de 1908⁵. Analice Caldas de Barros foi alfabetizada em um período no qual a instrução pública em Alagoa Nova já tinha se desenvolvido bastante, mesmo com todas

⁵ No quadro professores, a autora Analice Caldas cita o nome dos professores e o período em que cada educador assumiu a cadeira de instrução primária.

as dificuldades e descasos por parte dos presidentes das províncias. Pois, segundo as notificações do relatório do Barão de Abiaí em 1875, citado por Caldas (1940), as cadeiras para a instrução pública tinha triplicado num período de dez anos, ou seja, inicialmente existiam apenas 28 cadeiras de instrução primária, e num decênio, a educação em Alagoa Nova, deu um salto, havendo em 1875, 130 cadeiras primárias, sendo noventa para os meninos e trinta para as meninas.

Na província da Parahyba do Norte, a instrução pública ocorria em prédios destinados à realização de aulas de primeiras letras, ou em casas particulares. Esses ambientes escolares eram espaços nos quais a norma e a disciplina deviam ser elementos fundamentais preparando os alunos para a vida em sociedade.

Ao concluir o ensino primário, a jovem segue para a capital da Parahyba buscando continuar seus estudos. Analice Caldas de Barros passa a morar com a família do tio, o magistrado Caldas Brandão; aos 18 anos de idade a jovem matricula-se na Escola Normal Oficial do Estado, tendo uma enorme afeição pelo magistério, desejando se tornar professora. Segundo Tavares, em sua nova casa, Analice Caldas de Barros, recebeu uma educação diferenciada seguindo os padrões morais e comportamentais da família do magistrado, orgulhando seu tio com seus dotes morais.

Enquanto fazia progressos na cultura geral, o verdadeiro aprendizado onde aprimoraria o caráter e aprenderia, ao vivo, duradouras lições de integridade, equilíbrio e bom senso, seria a casa do seu querido tio Caldas que acolhedoramente lhe hospedara. (TAVARES, 1975, p. 41)

Do convívio com a família Caldas, nasceu uma enorme e exemplar amizade entre e Analice e seu primo, o bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais Diógenes Caldas..

Ambos se emulavam na solução, não apenas de problemas domésticos, mas das causas comuns em que se empenharam pela elevação e grandezas da Paraíba que os dois idolatravam e porfiavam por melhor servir e dignificar. (TAVARES, 1975, p.41).

Sobre Diógenes Caldas, Tavares afirma:

Nascido com vocação de pioneiro, era como hoje se diz, um homem versátil. E soube aproveitar muito bem o talento multiforme de sua inteligência e o dinamismo de sua operosidade para construir um grande patrimônio. [...] Fez

questão de viver pobre e teve sempre a modéstia de não querer sobressair-se sufocando qualquer movimento que no seu entender pudesse significar promoção pessoal, antes que um serviço desinteressado a sua Paraíba “pequenina e boa”. Construiu sim, com seu vasto cabedal, um imenso patrimônio acumulado com sacrifício e dedicação para que seus conterrâneos pudessem depois desfrutar o progresso e o conforto que advieram de suas atividades pioneiras. (TAVARES, 1975, p. 26).

Diógenes Caldas Brandão nasceu em 6 de abril de 1886 e faleceu em 31 de dezembro de 1972, filho primogênito, herdeiro da opção intelectual de seu pai Trajano Américo Caldas Brandão, formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais em Pernambuco, no entanto atuou até os seus últimos dias como agrônomo e botânico. Amante das atividades agrícolas, foi nomeado um dos melhores botânicos do Brasil, passando seus conhecimentos a diversos discípulos, firmando convênio entre a inspetoria Agrícola e os grupos escolares do estado.

Cristão, apaixonado pelas letras, partícipe da Mocidade Católica, fundou e fez circular o Jornal “Voz da Mocidade”; mais tarde atuou no Jornal a União na sessão “Filigranas”; colaborou em revistas e escreveu diversas monografias sobre as condições econômicas dos municípios paraibanos; fundou a Revista Mensal “Paraíba Agrícola”, além de dedicar-se a autoria e encenações na peça teatral “O falso mendigo”. Dois anos após a sua formatura, casou-se com a jovem Maria Beatriz de Andrade Pedrosa.

Destacando-se nas atividades agrícolas, foi nomeado Ajudante de Inspetor do 3º Distrito do Serviço de Inspeção e Defesa agrícola, mais tarde assumiu o posto de Diretor de Serviço da Economia Rural do Ministério da Agricultura, com sede no Rio de Janeiro. Atuou como Inspetor agrícola na Paraíba e na Bahia; fundou juntamente com outros idealistas a Sociedade Paraibana de Avicultura, além de outras participações e dedicações à agronomia no Brasil.

Em 1935, Diógenes Caldas Brandão, deixa a Paraíba para iniciar sua carreira na Sessão Técnica de Serviço de Fomento da Produção Vegetal do Rio de Janeiro, já em 1937 atuou como Agrônomo do Fomento Federal, e com efeito da Lei 284/36 passa a atuar como Economista Rural. No ano de 1940, Diógenes Caldas passa a inspecionar as sociedades cooperativas e dirige a instalação de serviço no estado do Paraná, e no ano de 1942, chegando a um cargo mais alto da sua carreira, o agrônomo atua como

representante do Serviço de Economia rural, juntamente com a Comissão Executiva dos Produtos da Mandioca da qual foi presidente no período de 1946 a 1947. Um ano depois, em 1948, atuou como membro da Junta do Controle da Fundação Brasil Central. Coroando sua bela carreira foi aposentado no cargo de Agrônomo Economista em 17 de Junho de 1953. (TAVARES, 1975, p. 33)

Em toda a sua vida dedicou-se com amor à trilogia sagrada que concebia: Deus, Pátria e Família. Como bom filho da terra, sempre lutou incansavelmente pelas melhorias na qualidade de vida da população, principalmente os que viviam nos sertões paraibanos sofrendo com a seca. Faleceu aos 86 anos a 31 de dezembro de 1972.

Em 1909, aos 18 anos de idade, Analice ingressa na escola normal concluindo seu curso em 1911. Dedicando-se com força total ao magistério; sua grande paixão fora o ensino profissional, cuja importância estava “numa visão correta e alta destinação humana e social daquele aprendizado, não só para os educandos, como para o desenvolvimento industrial e econômico do Brasil” (TAVARES, 1975, p. 42) Sua primeira experiência foi como professora de primeiras letras na fazenda experimental de Espírito Santo /PB

A fundação das escolas normais no Brasil nasce vinculada aos liceus, com caráter secundário e profissional, preponderantemente feminina, mas influenciando a classe masculina. Na Província da Parahyba, a primeira Escola Normal foi fundada em 1884, no prédio no qual funcionava o liceu, transformando-se numa escola de magistério de dois graus, cabendo o primeiro grau ao presidente da província da função de “preencher o elevado desígnio, o que naturalmente mais influi no espírito da reforma, de preparar professores mais capazes para o exercício do magistério, eliminando os moldes já gastos, condenados por uma longa experiência” (MELLO 1996, p.63). Tal instituição teve a duração de dois anos, funcionando para ambos os sexos, logo depois foi transformada em Externato Normal apenas para as mulheres, funcionando em prédio próprio separado do liceu; só a partir de 1905 abre uma seção masculina, utilizando-se das instalações do liceu. Desde sua criação, já se apontava para a necessidade de educação da mulher, associando à modernização da sociedade, à higienização da família, à construção da cidadania dos jovens, objetivando rapidamente formar um quadro de professores qualificados para difusão do ensino. (MELLO, 1996).

No período de sua formação, a escola normal era a única qualificação além do ensino secundário que as mulheres poderiam prosseguir nos estudos e alcançar uma vaga no mercado de trabalho, além de que, essas vagas sempre eram ocupadas pelas filhas das famílias de classe média da Província. Com o alto índice de analfabetismo na região da Parahyba, e principalmente na Vila de Alagoa Nova, a demanda de professores qualificados aumentava cada vez mais, visto que a modernização avançava rapidamente.

O quadro da educação brasileira nesse momento era extremamente precário. Segundo dados oficiais, só na Paraíba, somente 7,53% da população em idade escolar freqüentaram as instituições oficiais de ensino primário carecendo também de professores qualificados para o magistério. (Parahyba do Norte, 1909 apud SILVA, 2007, p. 51)

Vale ressaltar que as Escolas Normais não eram abertas a todo o público feminino, estas vagas só eram acessíveis às filhas das famílias de classe média, as mulheres das camadas sociais mais baixas estavam destinadas aos trabalhos árduos, grandes jornadas de trabalho com péssimas condições, sofrendo preconceitos e dificuldades em várias áreas.

Em 1923, aos 32 anos de idade Analice Caldas foi aprovada em concurso de âmbito nacional na cadeira de português para lecionar no antigo Liceu industrial (atual IFPB), como professora do curso primário, juntamente com oito professoras: Tércia Bonavides, Glaura Vilar Guedes, Ana Ribeiro Mendelo, Castorina de Menezes Barros, Anália de Miranda Sá, Neide da Silva Nobre, Maria Eulina Leal de Albuquerque e Augusta Flores Falcão, as quais lecionavam as matérias básicas. Em fala transcrita no *Aprendiz - Jornal*, na publicação comemorativa dos 25 anos da fundação da Escola de Aprendizes Artífices da Paraíba sob o título “Jubileu”, aos 23 de setembro de 1934, conforme Tavares (1975), Analice Caldas de Barros, apresenta a importância do ensino profissional para o desenvolvimento do Brasil.

É necessariamente dessa orientação de trabalho profissional que carecem os países de pequenas indústrias e reduzidos recursos monetários para a expansão de suas possibilidades econômicas. É a esta escola do povo, que alfabetiza, educa e ensina a trabalhar. A sua existência a 25 anos tem sido de benemerência, nunca houve estágio ou enfraquecimento na sua caminhada de progresso, mesmo assim, não há merecido do poder competente graças ou

justiça que tanto carece para sua expansão e seu melhor desenvolvimento (TAVARES, 1976, p. 42).

Em seu depoimento, Analice Caldas de Barros demonstra com clareza que a formação profissional é necessária para que os países, principalmente os de pequeno porte, possam atender a demanda do comércio e da indústria. A partir da necessidade de capacitar as camadas pobres para o mercado de trabalho e moldá-las conforme os rígidos preceitos da hierarquia social assentadas no escravismo, foram criadas em muitas províncias as escolas de formação profissional, e com uma delas Analice Caldas de Barros tanto contribuiu na Província da Parahyba.

A importância em se criar uma instituição de educação profissional foi alvo de muitos intelectuais, governantes e da elite paraibana, na qual o Sr. Dr. Felisardo Toscano de Britto, vice-presidente da Província em 1848 expõe:

Ninguém contesta a conveniência do estabelecimento de uma Casa de Educandos Artífices nesta Capital. Abonada pelo exemplo de outras Províncias, em que se acha admitida, essa instituição utilíssima será o complemento da Santa Casa da Misericórdia pelo lado da caridade, ao mesmo tempo que preenche uma lacuna do ensino público da Província, dotando-o com uma escola, em que se desenvolvam e sejam aproveitadas as vocações industriais. (PARAHYBA DO NORTE, 1865 apud LIMA, 2008, p. 43).

A instituição de educação profissional “Collégio de Educandos Artífices” foi criada pelo Decreto nº 7.566 de 23 de setembro de 1909, durante o governo do Presidente Nilo Peçanha; não demorou muito e suas aulas se iniciaram em 15 de fevereiro de 1910. Destinadas a atender a classe composta por alunos de 10 a 13 anos em 1910, 12 a 16 anos em 1911 e 10 a 16 anos em 1918, tinha por finalidade ofertar um ensino profissional para atender gratuitamente aqueles que necessitavam de uma profissão e não podiam pagar pelo ensino.

Para tanto, a EAA na Paraíba, começou a funcionar com os cursos que, de acordo com a época, atendiam aos requisitos do mercado, isto é, Alfaiataria, Marcenaria, Serralharia, Encadernação e Sapataria, realizados em conjunto com o curso Primário. Situada na Capital do Estado, localizou-se inicialmente no Quartel do Batalhão da Polícia Militar, onde funcionou até 1929, quando se transferiu para um prédio na Av. João da Mata, no bairro de

Aqui na Paraíba, além desses cursos, em 1937, passou a oferecer também tipografia. De acordo com pesquisas feitas por Cunha em relação à distribuição anual de matrículas quanto às escolas de educação profissional no Brasil, a Escola de Aprendizes Artífices da Paraíba foi bastante procurada em relação às demais, o número de matrículas no período de 1910 a 1942 chegou à média de 320, e segundo Cunha (2000, p. 92), “durante todo esse tempo, foi a Escola de Aprendizes da Paraíba que teve maior número de alunos”. A instituição estava bem sintonizada com o mercado de trabalho, mesmo que o número de concluintes divergisse das outras escolas, 2,25 por ano em média de 1915 a 1930, segundo informações apresentadas por Lima et al (1997)

Segundo relatos e anúncios sobre as vagas de emprego oferecidas no nosso estado, estas eram consideradas poucas, porém quanto maior a exigência de qualificação menor a evasão naquele ofício, sobretudo nos cursos mais tradicionais como alfaiataria. Para melhor conhecimento, os dados das formações dos cursos no ano de 1922, de acordo com Cariolano de Medeiros, foram 9 serralheiros, 7 alfaiates, 1 marceneiro e 1 sapateiro” (MEDEIROS, 1922 apud MELO et al 2006, p. 5), ou seja apenas 18 concluintes no período de 10 anos. O número de matrículas se superavam em relação as outras províncias, no entanto, os números de concluintes caía muito devido ao alto índice de evasão escolar.

Muitos eram os problemas enfrentados por educadores, gestores e alunos nas escolas de formação na época, dentre eles: precariedade das instalações e funcionamentos, pouco ou nenhum recurso, falta de professores qualificados, enfermidades etc.

Além das moléstias, havia ainda a pobreza de quase todos e a miserabilidade de muitos, como bem lembra; “São bem conhecidos os alunos que se ausentam nas quartas e sábados (dias de feira na cidade) para ganhar algum frete ou vender na feira o produto dos trabalhos de seus pais”, e “[...] outros nos vêm dizer envergonhados que faltaram por que a única roupinha que possuíam tornou-se imprestável e tiveram de esperar que lhe pudessem comprar outra”. (Tipografia da Escola de Aprendizes Artífices na Paraíba, João Pessoa – 1940 apud SILVA, 2007, p.59).

Analice Caldas de Barros, juntamente com outros educadores, descreveram suas dificuldades em relação a condições de funcionamento da escola no relatório apresentado ao diretor da divisão de ensino industrial, relativo ao período compreendido entre 05 de janeiro de 1910 e 05 de janeiro de 1940.

Ex. Sr. Diretor [...] Como sabes, está entregue aos meus cuidados a classe inicial ou de analfabetos, a classe D, como foi denominada. Tive no começo do ano uma matrícula de 75 alunos, e vários dentre eles já abandonaram a escola. A indiferença dos pais é a primeira dificuldade com que topamos. Poucos destes nos vêm pedir notícias dos filhos, e, algumas vezes falha até o estratagema de que usamos com os meninos faltosos e vadios, para obrigar seus responsáveis a virem entender-se conosco, a retenção das cadernetas que servem de ingresso diário do aluno [...] (Tipografia da Escola de Aprendizizes Artífices na Paraíba, João Pessoa – 1940 apud SILVA, 2007, p. 59).

Mesmo com todas as dificuldades enfrentadas pela educação para manter-se de pé, com a falta de recursos e de professores, Analice Caldas de Barros contemplava a educação profissional como sendo um passo para o desenvolvimento econômico e industrial do país, de modo que a formação seria necessária à população para que esta pudesse adquirir melhores condições de vida. Ao ler seus relatos sobre o ensino profissional, ficamos a pensar o quanto era imenso o seu desejo de ver o ensino profissional se desenvolvendo, mais ainda o progresso do país através da formação dos filhos da terra. Essa esperança na educação é bem explícita em sua fala:

Operários mansos e humildes de minha terra, esta é a festa da vossa escola, escutai com esperança o canto alegre dos vossos filhos, do pequeno aprendiz que apregoa na sua canção o vosso triunfo de amanhã:
Vive a pátria a repetir
Em palavras magistras
O Brasil tem se sair
Dos cursos profissionais (TAVRES, 1975. p 42- 43).

Em sua fala publicada no jornal Aprendiz afirma:

Eu te bendigo, ainda, escola dos humildes, que com teus escoteiros festivos, teu programa de tanta visão patriótica, a tua sopa substanciosa atraís dos antros da miséria e vagabundice dos filhos dos deserdados, que não tem vestuário, o sapato, a merenda que a boa ordem dos regulamentos escolares impõe, mas que a tua orientação generosa e coerente provê ou dispensa. (apud TAVARES, 1976, p. 42).

Da mesma forma que almejava o desenvolvimento da província e dos filhos da capital paraibana, ela queria ver o desenvolvimento da sua terra natal Alagoa Nova, no entanto os filhos do povo pouco se interessaram pela profissionalização buscando a formação eclesiástica. Sobre a instrução de Alagoa Nova, veremos mais adiante no terceiro capítulo.

A professora lecionou em outras escolas como a Academia de Comércio Eptácio Pessoa entre os anos de 1930 e 1940, ensinando taquigrafia, e atuou como taquigrafa na Assembleia Legislativa. Em 1923, passa a contribuir com a revista Era Nova, famosa na década de 1920, principalmente entre 1922 e 1925 sendo orientada por Sinésio Guimarães, Severino Lucena e Paulo Vidal. Nesta, publica as entrevistas feitas a ilustres paraibanos como Rodrigues de Carvalho, Carlos Dias Fernandes, Alice de Azevedo Monteiro, João Avelino da Trindade, Diógenes Caldas, João da Matta, Correia Lima, Manuel Tavares Cavalcanti, Paulo de Magalhães, José Gomes Coelho Eurípedes Tavares da Costa, na coluna intitulada “Álbum de Mlle”

Analice Caldas entretinha-se com eles em verdadeira sabatina, onde após identificar nome, divisa, traço predominante do caráter, colhia verdadeiras confidências sobre temas sérios como: casamento, amor, religião, literatura, sociedade, a vida, a morte, indagando indiscretamente sobre qual a cor, paladar, o animal, o divertimento preferido, o que desejaria ser, as qualidades marcantes no homem e na mulher, concluindo com a pergunta sobre o juízo que fazia o entrevistado daquele próprio Álbum. (SILVA, 2007, p. 103).

O objetivo central da revista era contribuir para o desenvolvimento literário do meio, comprometida com o incremento das letras, a revista era um órgão de utilidade pública. Mas adiante apresentaremos um pouco do contexto histórico da revista, bem como uma pequena análise sobre as entrevistas realizadas por Analice Caldas de Barros.

A educadora ministrava ainda palestras em associações culturais e clubes de serviços em locais como o Rotary Club da Paraíba.

Em relação à militância, esta foi mais uma atividade importantíssima na vida de Analice.

A conquista da revolução de 1930, a adoção do voto feminino e a institucionalização da representação classista animavam suas expectativas, sendo uma ardorosa admiradora de Bertha Lutz, pioneira na luta pelo voto feminino e pelos direitos das mulheres no Brasil. (SILVA, 2007, p.62).

Com 42 anos de idade, juntou-se com outras mulheres paraibanas e criaram em 11 de março e instalaram em 11 de abril de 1933, na sede da Escola Normal em João Pessoa na Paraíba, a Associação Paraibana pelo Progresso Feminino (APPF) baseada no modelo da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF).

No que se refere às práticas políticas e educativas propagadas pela entidade, entendidas como expressão significativa do movimento feminista brasileiro, Analice Caldas e tantas outras mulheres de sua época se propuseram a defender ideais como: a elevação do nível de instrução feminina, proteção materna e da infância, obtenção de garantias para o trabalho feminino, estímulo ao interesse da mulher nas questões sociais, assegurar os direitos políticos para as mulheres, e o preparo educacional para o exercício da inteligência. (SILVA, 2007, p.63)

Na busca por desenvolver um programa educativo, a Associação sugere como ações iniciais a criação de biblioteca, aulas de língua, sessões literomusicais e a criação e desenvolvimento de núcleos voltados para a educação e formação da mulher. Segundo Machado e Nunes (2013 p. 6), os núcleos eram assim distribuídos:

Os núcleos estavam assim distribuídos: 1º - Literatura e cultura da língua materna, 2º - Brasilidade – geographia e história pátria, 3º - Francês, 4º - Inglês, 5º - Alemão, 6º - Italiano, 7º - Economia doméstica, 8º - Cultura physica, 9º - Prendas domésticas. Pintura, 10º - Jogos recreativos. Música, 11º - Beneficência, 12º - Educação político-social. Noções de direito usual. Cada um desses núcleos ficava sob a responsabilidade de uma sócia, principalmente daquelas que compunham o quadro diretor.

A sua diretoria era composta por mulheres de destaque na sociedade paraibana tendo como presidente: Lylia Guedes, vice-presidente: Olivina Carneiro da Cunha, secretária: Alice de Azevedo Monteiro, oradora: Albertina Correia Lima, tesoureira: Francisca de Ascensão Cunha e, bibliotecária: Analice Caldas. (MACHADO, NUNES, 2007.)

Através da imprensa, Analice e as outras militantes puderam divulgar suas ideias de modo a despertar nas mulheres um sentimento de valorização e suas conquistas políticas. Em suas práticas de escritas, contribuiu em órgãos como o jornal A União e a Revista Era Nova, que no século XX exerceram grande influência na sociedade paraibana, e nesse espaço as partícipes tinham a oportunidade de publicar textos que faziam referência às mulheres e seus direitos.

A circulação das idéias femininas nos jornais tinha um caráter estratégico, uma vez que as mulheres na imprensa eram ridicularizadas na medida em que lutavam em prol dos direitos femininos, já que, como afirma Soihet (2000), estas sofriam grosserias em charges, caricaturas e crônicas por adentrarem lugares que deveriam ser ocupados por homens. No entanto, as mulheres como participantes da construção da sociedade sabiam que podiam e deviam intervir no âmbito social, que eram tão capazes quanto os homens, além de assumirem papel de mãe e esposa. As suas participações possibilitaram ainda o despertar da opinião pública nos setores políticos estabelecendo questionamentos de ordem ideológica, política, educativa e filantrópica, já que defendiam questões relativas à família e à elevação cultural da mulher.

A Associação Paraibana pelo Progresso Feminino situou no recorte temporal das décadas de 1930 e 1940, de modo bastante intenso até 1937, período em que começou a perder seu espaço no jornal A União, na coluna “Página Feminina”.

A primeira Página Feminina foi publicada no dia 20 de agosto de 1933, e a partir daí funciona com uma frequência irregular no tempo de publicação, com espaço de 10, 15, 20, 30 dias entre uma e outra. A última Página Feminina, localizada pela pesquisa, foi em 05 de agosto de 1939, e “desapareceu” sem nenhuma explicação do jornal citado. (MACHADO, NUNES, 2013 p. 5)

Na década de 1940, as sedes das associações que ainda funcionavam na região norte e nordeste eram a da Bahia e da Paraíba que persistiu até a metade da década. Na Paraíba, foi mantida na Associação Paraibana da Imprensa (API), onde os encontros mensais já não aconteciam com frequência, mas ainda assim eram registrados em ata. As eleições para a presidência ocorriam a cada dois anos, Analice Caldas de Barros atuou em diversas áreas da instituição chegando à presidência no período 1943/45 mandato que ficou na metade devido a sua morte, As atividades da Associação Paraibana cessaram, restando apenas a do Rio de Janeiro que durou até a década de 1970.

Analice Caldas de Barros, seguindo ainda os passos do presidente João Pessoa, idealizou a campanha dos Mil Reis Liberais para a qual, segundo Tavares (1975, p.44), “todos os paraibanos eram conclamados a aderir, concorrendo com tal quantia para ajudar o governo do estado a aderir à munição destinada a sustentar a luta de Princesa”.

Analice estava à frente das recepções para receber as caravanas da Aliança Liberal, que chegavam à Paraíba na época. Com a morte de João Pessoa, lutou pela mudança do nome da cidade de Princesa para João Pessoa, pela adoção da bandeira “NEGO” e ajudou a criar o Centro Cívico João Pessoa.

Outro destaque na vida de Analice se refere a sua associação ao Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP), junto com Alice de Azevedo Monteiro, Beatriz Ribeiro, Albertina Correia Lima, Lilia Guedes e Olivina Carneiro da Cunha. Nessa instituição, Analice contribuiu como genealogista, sendo a primeira mulher neste ofício, no departamento de genealogia, atuando também como tesoureira. Por seus feitos pela nossa terra, a educadora foi homenageada nomeando uma escola no bairro de Jaguaribe, na cidade de João Pessoa- PB e uma biblioteca na cidade natal Alagoa Nova.

Inteligente e patriota, nossa homenageada também soube ser bem humana e feminina. Não amou apenas as letras, a pátria e a família. Aliás a sua preocupação pela educação e encaminhamento para a vida de seus sobrinhos ela levava aos extremos sacrifícios, chegando as vezes a privar-se dos próprios gostos para que a eles nada faltassem. (TAVARES, 1975, p. 46)

Para uma mulher tão dedicada à família, aos sobrinhos em especial, nos remetemos à vida pessoal da educadora. Qual seria o motivo de ela não casar? Analice Caldas de Barros era tida como uma mulher admirável, a frente do seu tempo, sentimental e extremamente afetuosa. Sabe-se que ela teve uma grande paixão pelo escritor e jornalista Raul Campelo Machado, chegando até a noivar com o mesmo. Paraibano nato, nascido em 1891, na cidade de Taperoá, escrevia versos, alguns dedicados a sua amada. Maiores detalhes sobre sua vida amorosa não são conhecidos.

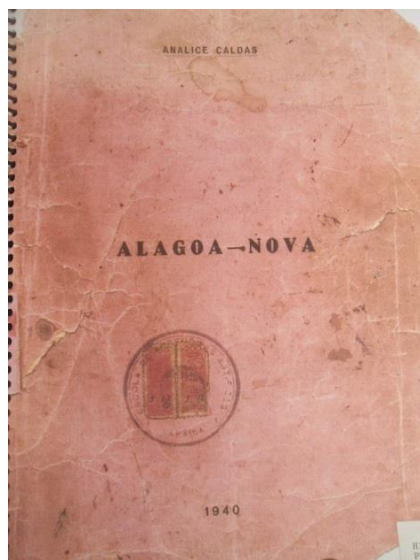
Após uma vida de dedicação à educação e à sociedade na luta pelos direitos femininos, em 1945 quando voltava do Rio de Janeiro, em umas das visitas que fazia a seu primo Diógenes Caldas, o avião no qual estava a bordo - L-18 Lodestar da companhia aérea NAB - despencou dos ares, em Alagoa Santa (MG), encerrando o ciclo de vida de Analice Caldas, deixando-nos apenas escritos e exemplos que merecem ser preservados na historiografia da educação paraibana.

3 INDÍCIOS DA EDUCAÇÃO NA PARAÍBA POR ANALICE CALDAS DE BARROS

O livro Alagoa Nova, de autoria de Analice Caldas de Barros, datado em 1940, escrito para ser apresentado à sessão mensal do Instituto Histórico Geográfico Paraibano (IHGP), tem por objetivo descrever a cidade natal da autora: Alagoa Nova, localizada na microrregião do brejo no estado da Paraíba.

Nas páginas desse livro, Analice Caldas de Barros, aborda diversos setores entre eles administrativos, políticos, sociais, culturais, econômicos, genealógicos, geográficos, fauna, flora e educação, como também sua origem. O livro está dividido em 26 títulos, distribuídos em 157 páginas, optamos por fazer uma breve apresentação dos setores, apresentados no texto decorrente, e segue nos anexos um sumário do livro ora analisado.

Em sua capa bastante envelhecida, constam apenas os principais dados, como título do livro, nome da autora, ano e um selo carimbado pela Escola de Aprendizes Artífices da Paraíba (atual IFPB).



**Figura 2 - Capa do livro “Alagoa Nova – 1940”
Fonte: Arquivo das autoras.**

Em sua pesquisa, Analice Caldas de Barros alega:

Alagoa Nova, não teve, como a vila de Pilar, Brejo de Areia, Mamanguape, este relevo histórico que tanto faz realçar seu passado. Porém, na humilde de sua condição, manteve um papel de relativo destaque na vanguarda dos efeitos e acontecimentos da Paraíba. (CALDAS, 1940, p.1)

De acordo com seus relatos, Analice Caldas de Barros afirma que a vila merecia destaque no que diz respeito à agricultura sendo alvo de diversos senhores de engenhos ou sesmarias, além de ter sido palco de revoltas importantes ocorridas na Paraíba como é o caso da Revolta dos Quebra-quilos.

A educadora destaca também as dificuldades de encontrar fontes escritas a respeito da Vila, principalmente após os Quebra-Quilos⁶, além de que acreditamos que pouco valor era dado nos pequenos lugarejos quando se trata do arquivamento de documentos e seus meios de preservação. Utilizando-se assim de fontes escritas e questionários, buscando informações acerca da Vila como a Analice Caldas de Barros afirma “Procurei rever os velhos papeis, folheei autores, mensagens, anuários, jornais antigos, coleções de leis e decretos, almanaques tudo o que me foi dado alcançar” (BARROS, 1940 p. 01). Além, de entrevistas orais com os sobreviventes das antigas famílias alagoanovenses do século XIX.

O prefácio é assinado e datado no ano de 2002, por Marlene e Michel Cordery, parentes de Analice Caldas de Barros que moram na Inglaterra. Tal obra foi enviada por Acácio Colaço de Barros também parente da autora, no entanto não é retratado o ano que o livro segue viagem para o exterior. Vale ressaltar que a obra foi enviada manuscrita e em boas condições, sendo considerado um rascunho, uma obra inacabada, voltando uma cópia impressa e um disquete, segundo o casal, sem alterações na escrita. Eles afirmam que a obra foi enviada ao país, para suas pesquisas sobre a genealogia da família, como também compreender melhor o dia a dia dos antepassados paraibanos no século dezenove. De acordo com a leitura do prefácio, é possível compreender que este só foi escrito em 2002, quando seria enviado de volta ao Brasil, sendo entregue ao Instituto Histórico e Geográfico Paraibano. Outra questão que se faz importante observar é que este ensaio tratado como monografia, não chegou a ser publicado. Não há informações a respeito da quantidade de cópias existentes ao todo, sabemos informações apenas sobre a obra original e uma cópia no IHGP. Analice Caldas de Barros informa não ter conseguido fazer a pesquisa da forma que desejava, pedindo aos futuros estudiosos que a complementem.

⁶ Movimento que ocorreu no Nordeste do Brasil, entre os entre fins de 1874 e meados de 1875. Tal movimento se opunha as mudanças introduzidas pelos novos padrões de pesos e medidas do sistema internacional, recém implantadas no Brasil.

Embora o estudo da educadora envolva diversos setores sociais de Alagoa Nova, enfatizaremos o setor educacional, tendo em vista que nosso interesse é perceber a concepção da professora Analice Caldas sobre educação. Os demais conteúdos abordados no livro serão apenas apresentados de forma sucinta visto que não é nosso foco de estudo.

É notória a preocupação da autora em relatar os dados quantitativos e qualitativos tanto em relação às questões materiais, quanto humanas envolvendo setores, salários, condições de uso dos departamentos e fatos importantes que ocorreram em cada campo.

Analice Caldas de Barros introduz o livro Alagoa Nova com o título “Origem do seu nome” apresentando um pouco do seu contexto histórico.

A vila de Alagoa Nova está localizada sobre a serra da Borborema, a 168 quilômetros da capital e a 18 quilômetros de Areia e Alagoa Grande.

Em 1625, Manuel Rodrigues partiu de Mamanguape iniciando a escalada da serra. A entrada seguia o percurso de Mamanguape até o salto da Pitombeira, próximo à cidade de Areia. O explorador buscava conhecer o sertão que ao longe observava serras irregulares, distantes, era a famosa Borborema. Em 1641, Elias Herkmann, acompanhado de 113 homens segue o roteiro de Manuel Rodrigues na escala da serra em busca de ouro, no entanto nada encontra. Anos mais tarde, uma equipe de missionários, buscando fazer trabalhos catequéticos, segue viagem no sertão nordestino, enfrentando trilhas primitivas nos caminhos pela Borborema até chegar à região úmida da serra bastante fértil, conhecida por Bultrin. Esse pedaço de terra, ao norte de Campina Grande, abrigava certa quantidade de índios cariris, popularmente conhecidos como bultrins que viviam da caça, buscando suas presas nas matas, beiras de rios e riachos.

Alguns autores, entre eles Fernão Guerreiro, há possibilidade desses missionários fazerem parte da Companhia de Jesus, já que era de costume dos inacianos irem à busca do desconhecido, nos sertões paraibanos, com longas caminhadas a pé, sede e fome, não temendo os animais ferozes encontrados pelo caminho. (1939, apud SALES, 1990.)

Muitas foram as obras desses missionários pelas terras pisadas; construíram casas, igrejas, colégios, prestavam assistência às aldeias, no entanto não se tem informações a respeito da catequese dos índios cariris. Possivelmente, estes indígenas foram os

primeiros a receberem evangelização na Província da Parahyba, marcando assim a iniciação da colonização da Borborema.

Anos mais tarde, fazendeiros advindos de outras regiões, inclusive da Bahia, apossaram e exploram as terras dos nativos, fundando currais para criação de animais e apreendendo os índios que ali habitavam. Com a exploração dos nativos, estes deixaram a posição de pacíficos para hostis, passaram a fugir, esconderem-se nas matas e nas serras, porém opção falha para eles já que os fazendeiros dispunham de armamentos de fogo que resultava em mortes, prisões e trabalhos escravos.

Em 1762, houve a doação de terras de São Tomé, topônimo da atual Alagoa Nova. Em 1763, é solicitada por sesmarias, terras de Olho d'água de Prata, limitada com as terras de aldeia velha que antes pertenciam aos Bultrins, terras consideradas muitos férteis, com inúmeras nascentes, mananciais e matas. Terra também apropriada para a agricultura e a criação de animais. A atual região de Alagoa Nova era assim habitada por índios Bultrins, sua aldeia estava localizada em terras do engenho Geraldo e Bonito na mesma região. Constituía o município de Alagoa Nova terras dos Bultrins, Genipapo, Banabuié, São Tomé, Olho d'água na Prata, Tanques, Campinote, Lagoa dos Veados, Providos do Juá, Sapé e outras.

Alagoa Nova, até chegar a essa nomenclatura passou por diversas nomeações dentre elas Laranjeiras, no entanto não se encontra provas dessa terminologia. Em 1850, a Lei Provincial nº 10, elevou à categoria de Vila a povoação de Alagoa Nova, desmembrada de Campina Grande. Porém, de acordo com o decreto da Lei Federal, que determina que duas localidades mesmo em estados diferentes não poderiam ter a mesma nomeação, Alagôa Nova volta a ser reconhecida como Laranjeiras pelo Decreto- Lei nº 1.164 de 15 de novembro de 1938, a falta de base histórica era tão alarmante que em 1943, pelo Decreto Lei nº 520 determinou que Laranjeiras voltasse a se chamar Alagôa Nova. (BARROS, 1940, p.3) Em seu art 1º segue “ O território da dita vila começará pela parte sul do Olho d'água do rio Mamanguape, daí seguirá rumo direto a Alagôa Floriano” (SALES, 1990, p. 64)

Analice Caldas de Barros, sobre a Vila de Alagoa Nova, afirma

A sua origem veio do interesse agrícola, onde proprietários, senhores de datas ou sesmarias, já, situadas no cariri com culturas e criações foram ali estabelecendo, fundando núcleo agrícola com refúgio mais seguro para as fases calamitosas das grandes estiagens. (BARROS, 1940, p. 6).

A vila destacava-se como produtora de farinha de mandioca, variados tipos de feijão, milho, algodão, fumo, milho, cana de açúcar e café.

Quando se trata das características urbanas, a autora diz que “As casas grandes, senzalas, velhos sobrados de rótulos e vidraças, construções centenárias de pedra e cal, desenvolvido números de engenhos confirmam uma época de prosperidade e certa importância de seus moradores” (BARROS, 1940, p. 6). Para confirmar a habitação da elite alagoanovense nas principais ruas da vila, José Borges de Sales, em seu livro *Alagoa Nova: Notícias para a sua história*, alega “As residências da rua principal eram de alvenaria, coberta de beira e bica. Como medida de segurança essas construções possuíam encravadas nas paredes das empenas, esteios de cerne de madeira de lei, que resistiam à ação destruidora do tempo.” (SALES, 1990, p. 63)

Quando se trata de órgãos públicos, Analice cita o cemitério, a paróquia, a casa da caridade, justiça, correios, telégrafos, imprensa e grêmios. Nos movimentos Sociais Analice Caldas de Barros destaca a Revolta dos Quebra-Quilos e o Ronco da Abelha. Já na cultura vem o carnaval, modas e festas. Quanto à economia, ela traz os seguintes títulos: *Alagoa Nova, sob o ponto de vista agrícola* lançando o olhar sobre o algodão, pecuária, cana, engenhos, café, milho, fumo e feijão. No item denominado *Dados genealógicos*, a autora traz nomes de ilustres famílias alagoanovenses: famílias Torres, Pereira de Araújo, Gabínio, Sobral Fiel, Ramo Gouveia e os Correia de Barros. Na fauna: a autora relata as mais diversas espécies de animais encontrados na Vila; e na flora, as diversidades de plantas existentes na localidade.

Portanto, mesmo com todas as dificuldades de encontrar as fontes, como relata Analice Caldas de Barros, o livro nos traz um parecer claro das condições da Vila de Alagoa Nova. Percebe-se certa preocupação em apresentar detalhadamente cada setor, visto a autora apresentar os ilustres personagens, as legislações e desenvolvimento, além de deixar escapar suas opiniões acerca dos assuntos.

3.1 CONTEXTO EDUCACIONAL DE ALAGOA NOVA

No tópico intitulado *instrução*, a autora afirma, inicialmente, que esta ficou a cargo da igreja para os meninos da nobreza, já que não existiria coroa maior a não ser a de um padre. E as meninas frequentavam educandários em Recife, pois na capital não existiam instituições para cuidar da educação feminina. Conforme seus relatos, como educadora, é explícito o seu descontentamento em relação à instrução dos filhos de

Alagoa Nova, além de haver poucas oportunidades, os governantes não se atentavam com a formação dos paraibanos; se os meninos se dedicavam à formação eclesiástica, segundo a autora, é uma preferência ratificada pela ignorância e má fé. “Não se preocuparam em arrancar da bagaceira, despojar do gibão de couro, para uma missão mais elevada, aqueles a quem devia caber o destino intelectual da gleba.” (BARROS, 1940, p. 16) Para Analice Caldas de Barros, a Vila de Alagoa Nova poderia ser nos dias atuais um referencial de destaque paraibano no que diz respeito à economia, visto que tinha como um dos seus destaques a agricultura, no entanto a formação eclesiástica se sobressaía, na medida em que se tornavam escassas a formação de indivíduos para as outras áreas, inclusive a economia. Sabe-se que não é de se surpreender quando voltamos o olhar para a importância da educação, por parte dos poderes públicos, mesmo nos séculos passados esta é marcada pelo comodismo por parte dos governantes, pela falta de oportunidades, principalmente para as meninas, e pelo desinteresse na formação futura da Vila.

O desinteresse já é explícito, quando se trata dos processos de instalações de instituições de formações de professores no Brasil. Tais estabelecimentos passaram por diversas criações, fechamentos e recriações devido à falta de políticas públicas voltadas para a instrução, inconstâncias políticas vividas no Brasil oitocentista devido a grande sucessão de presidentes da província e disputas políticas pela hegemonia do poder. Mesmo com todos esses entraves, pode-se se considerar que a formação de professores e a criação de escolas de magistério foi um dos momentos mais importantes em relação ao campo educacional no Brasil no século XIX. No entanto, esse processo ocorreu de forma reversa, enquanto algumas províncias assistiram suas instalações nas décadas 30 e 40, como é o caso de Niterói e Ouro Preto, a Paraíba só a recebeu no final daquele século. O Externato Normal da Província da Parahyba só veio a ser efetivado no ano de 1884, ou seja, final do século XIX e mesmo assim não estava atendendo as necessidades de melhoria da instrução pública no estado.

A instrução pública particularmente primária, existia nesta Província em hum perfeito estado d'abandono; as escolas de primeiras letras regidas em grande parte por Professores ineptos, alguns até de péssimo comportamento moral achavão-se dispersos pelas Villas e Povoações [...] não havia regularidade no ensino, uniformidade nos compendios, nem a mais ligeira apparencia d'huma organização que animasse e vivificasse a instrução pública centralizando-a, subordinando todas as suas partes e impelindo-a

efficazmente para o grande fim de formar o espirito e o coração da mocidade derramando as luzes de que quaze tanto como do alimento, carece a população especialmente do interior da Província. (PARAHYBA DO NORTE, Relatório 1854, p. 41-42).

Embora a instalação da escola normal fosse um salto decisivo na educação como forma de elevar o índice educacional, pouco se fez por esta. Conforme os dados do relatório, percebe-se que mesmo assim ainda permaneciam as questões de desqualificação dos professores, a irregularidade e a desorganização nos setores educacionais que, segundo as legislações, caberiam às províncias estas responsabilidades.

Segundo Analice Caldas de Barros, na Província da Parahyba, em meados de 1848 existiam ao todo 28 cadeiras de instrução primária, sendo 3 para mulheres e 25 para homens, totalizando exatamente 1142 alunos para uma população de 212.466 paraibanos. Em Alagoa Nova, a autora retrata que para uma população de 6.975 habitantes apenas 81 alunos aprendiam a ler e que não havia cadeiras para o ensino feminino, ou seja, segundo dados apresentados a província da Parahyba totalizava menos de 1% (0.5374977%) dos alunos nas instituições, não informando o total geral de paraibanos alfabetizados. Já a pequena Vila, contando dados gerais da população total, apresentava menos de 2% (1.1612903%) da população alfabetizada.

Em meados de 1848, como já foi citado não havia escola de magistério na Província da Parahyba, estudantes que optassem pela formação do magistério partiam para Recife para estudar, com essa condição entendemos que havia poucos educadores até a presente data, visto a dificuldade de locomoção até a província vizinha. Um outro fator que merece destaque é em relação ao alto índice de analfabetismo no Brasil oitocentista, havia diversos motivos para isso, entre eles, poucos professores capacitados, número escasso de instituições, questões governamentais e entre outros.

Após o período regencial (1831-1840), com o golpe da maioria, a presidência do Brasil ficou a cargo de D. Pedro II. Esta época é marcada pelo grande progresso cultural com o crescimento e estabilização do país como independente, além de ser um importante membro das nações americanas. Durante a segunda metade do século XIX, o Brasil passava por uma fase de transição econômica, provocada por problemas na produção e pela transição da mão de obra escrava pela mão de obra livre, visto que a Lei de Eusébio de Queiros em 1850, proibia o tráfico interatlântico de escravos.

No setor comerciário, o plantio de café estava se expandindo para a região sul principalmente pelos estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro estimulando assim a produção voltada para o comércio exterior propiciando força econômica, crescimento estrutural, populacional, recebendo escravos do norte do país, e política aos latifundiários e aos proprietários de terra. Enquanto a região norte passava por crises econômicas na produção açucareira, gerada pelo baixo preço do açúcar no mercado internacional não sendo capaz de sustentá-la apenas com a produção algodoeira.

Em meios às crises econômicas nacionais e internacionais nesse período, os agricultores tiveram de repensar outras atitudes para manter o comércio exterior, já que conforme a lei estava proibido o comércio de escravos. Nesse sentido, como nos chama atenção Silveira,

Além da seca, da fome, das epidemias, das mortes em massa, e das dificuldades econômicas e financeiras “ainda se acrescenta outro ingrediente de combustão social: a desagregação das relações escravistas de produção e a necessidade, segundo as perspectivas dos proprietários rurais, de substituí-las por novas relações.” (SILVEIRA, 1999.p.49-50).

Com relação à Paraíba, comparada as outras províncias da região norte, esta conseguia importar o maior número de escravos, visto que o trabalho escravocrata se fazia necessário devido sua eficiência e produtividade, pois a província continha um número de engenhos elevado e esta precisão ocorria conforme a necessidade dos engenhos locais.

Tinha a Paraíba, na época 165 engenhos, número que foi aumentado, já no fim do império, para 350. A população escrava devia acompanhar, logicamente, o ritmo de crescimento das atividades agrícolas. Por incrível que pareça, diminuiu. Em 1850 tinha a Paraíba 28.546 escravos. Passados 34 anos, ou seja, em 1884 esse número havia baixado para 19.778. (ALMEIDA, 1978, p.137).

Retratando Alagoa Nova, Analice Caldas de Barros afirma:

Segundo dados estatísticos da população escrava da Paraíba, realizada em 1851, e anos anteriores, pode-se ajuisar quanto vastas eram as atividades agrárias de Alagoa Nova que, com a população livre de 5.951 habitantes, contava 1.024 escravos, um quinto quase da sua população, a mourejar na lavoura. (BARROS, 1940, p.78).

Até meados das décadas de 1870 e 1880, para manter a economia capitalista internacional, era utilizada mão de obra escrava e o Brasil se via na opressão dos ingleses, conforme a Lei de Eusébio de Queiros, em abolir a escravatura, sendo obrigados a pagar pelo trabalho assalariado, substituindo a mão de obra escrava pelo trabalhador livre e pobre. Entretanto, os novos trabalhadores demonstravam rejeição pelo ofício praticado pelos escravos, até mesmo nas atividades manuais como o artesanato.

Com a troca de mão de obra, os senhores se viam preocupados com a produção açucareira, devido à falta de homens adequados para o trabalho, mesmo com remuneração, de modo que os senhores requeriam dos presidentes das províncias medidas que impusessem estes servos a praticarem tal atividade antes ocupadas pelos negros. A partir de então o governo imperial busca reverter a situação, apresentando uma nova imagem do trabalhador manual, este sendo visto como um “dignificador e bem maior do homem” (SÁ, 1999, p. 116). Um profissional manufactureiro reconhecido com respeito e valorização pelos demais membros da sociedade.

Portanto, em pleno período imperial a classe populacional do Brasil era marcada por escravocratas latifundiários, senhores de engenhos e fazendeiros de café que formavam a elite brasileira, paralelamente a classe dominada era formada por negros (escravos e alforriados), homens pobres e livres. Assim, passamos a compreender um dos entraves que levou Alagoa Nova a uma taxa de analfabetismo tão alta na província da Parahyba, as classes populacionais paraibanas, em sua maioria formadas pela camada desfavorecida, estavam submissas ao trabalho manual, não tendo oportunidades para seguir outras profissões, dedicando-se apenas às atividades manufactureiras. Assim, mais uma vez torna-se importante o papel do poder público na educação, havia poucas oportunidades, falta de pessoas qualificadas, decorrência do atraso na instalação das escolas de formação pedagógica na Paraíba, e da falta de incentivos educacionais, no sentido de despertarem para o papel da educação, visto que a população em sua maioria era composta por homens advindos de classes escravocratas, trabalhadores do campo entre outros.

Com o objetivo de reverter essa situação, Bazílio Quaresma Torreão, presidente da Província da Paraíba, que assumiu seu mandato no período de 1836 a 1838 em seu discurso em 1837 afirma:

[...] O segundo, Estabelecimento, do que mais alto lhe falei, He o de Educandos pobres, e órfãos, que se applichem aos officios mecânicos, a instrucção daqueles, de que tanto proveito tem tirado a Província de Pernambuco. Não gastarei tempo em mostrar-vos as vantagens, que podem resultar deste estabelecimento; ellas vos não são desconhecidas; limitar-mehei em dizer-vos tam somente, que a Província não fará com elle uma despeza improdutiva; por quanto os mesmos Educandos indenizarão, á princípio com o trabalho proporcionado a suas forças, e pelo tempo adiante, quando aperfeiçoados, com uma parte do salário, que vencerem. Entre tanto o Estabelecimento pode ser montado no mesmo trem da Província para maior economia; e com 20 a 30 educandos destinados a aprenderem os officios de maior uzo e precisão [...]. (PARAHYBA DO NORTE, Província da, Discurso, 1837,p.13)

Neste discurso Bazilio Quaresma Torreão destaca a importância da educação para a juventude, a necessidade da criação de instituições buscando o desenvolvimento da nação. Assim como outros intelectuais, apresenta a educação da população como forma de moralização do país e como requisito para contratação do trabalho manual. Para isso, foi sugerida a criação da Escola de Aprendizizes Artífices da Paraíba, o Liceu Industrial, com o objetivo de capacitar mão de obra para o mercado de trabalho e moldá-los conforme os rígidos preceitos da hierarquia social.

De acordo com o ato adicional, a Constituição de 1834, caberia às províncias a responsabilidade de cuidar da educação primária e secundária. No entanto, a cada ano que passava a questão da educação era pouco valorizada, à medida que a população aumentava, o número de escolas tornava-se insuficiente para atender a demanda, além de que o país no período imperial passou por diversas crises econômicas que afetavam até as áreas prioritárias do Brasil. “Quando oscilavam as rendas, tornavam-se exíguos os recursos da Província, impondo medida de salvação econômica, estas, de preferência deviam recair sobre a Instrução Pública” (CALDAS 1940, p. 17). O crescimento relacionado a quantidades de cadeiras de primeiras letras na Província da Paraíba estava relacionado a questões econômicas e aos problemas com a seca. De modo que quando estes se agravavam, os governantes tomavam algumas atitudes entre elas fechar tais cadeiras. A educação do povo não era laica e nem gratuita e se encontrava em situação de abandono, de acordo com Romanelli (1985), esta era acessível a apenas 1,8% da população.

“A carta de 1824, determinava em seu art. 179, XXXII- ‘A Instrução Primária é gratuita a todos os Cidadãos’- mas não se definia as maneiras de se garantir essa gratuidade” (MATTOS, 2004, p.270). Percebe-se que no decorrer deste período, ou seja, o Brasil império, pouco se fez pela educação. O Brasil estava saindo de mudanças profundas em relação ao campo social, estava deixando de lado o trabalho escravocrata e passando para o assalariado, na medida em que o país avançava em relação aos mais diversos setores, recuava em relação à educação. Se o país deveria oferecer educação gratuita à população, não era isso que acontecia na Vila de Alagoa Nova, já que a oferta de escolas diminuía quando o pequeno lugarejo passava por crises econômicas.

Vale ressaltar que, de acordo com as leis, a província deveria oferecer educação primária e secundária; quanto a primeira, esta alcançava a camada popular, sendo assim limitada ficando com o trabalho manufatureiro, enquanto o ensino secundário continuava restrito a poucos, de modo que os maiores cargos públicos, políticos e intelectuais ficava a cargo de uma pequena porcentagem da população. Ou seja, mais uma vez a população carente é alvo da farsa da preocupação dos governantes, geram-se projetos e medidas que saltavam à vista, no entanto, ao colocá-las em prática é mais uma maquiagem para disfarçar o poder nas mãos da elite.

Já no capítulo nomeado Escolas, Analice Caldas de Barros nos apresenta o quadro de professores e inspetores que assumiram o cargo desde o ano de 1831 (ano da criação da primeira escola publica de Alagoa Nova) a 1913, e seus eventuais salários. São eles, os professores: José Soares Alves de Almeida, José Joaquim Franco, José Carlos de Ataíde Melo, Miguel Germano da Costa Maia, Miguel da Rocha Filho, Francisco Sales de Albuquerque. Comissários da instrução: Francisco Inácio de Souza Gouveia, Antonio Gabinio de Almeida Mendonça, Ursulino Matias da Murta, Sebastião Antonio Rabelo, Antonio Vila Seca, Venancio José de Oliveira Lisboa e Frederico de Almeida Albuquerque.

Quanto às cadeiras oferecidas, a autora cita que este número tinha triplicado, na medida em que havia 97 cadeiras primárias para meninos e 37 para meninas em 1875. Em 25 de janeiro de 1923, Luiz Alexandrino assumiu a cadeira de professor primário, sendo na época o ultimo professor masculino na área, devido aos baixos salários que eram oferecidos a estes.

No início do século XX, a profissão do magistério ainda tinha suas características fortemente relacionadas ao sacerdócio, a uma missão mais elevada do que a um trabalho

assalariado. E mesmo tendo essas peculiaridades, a função era pouco valorizada e mal remunerada. Diversos relatos de educadores demonstram sua insatisfação quanto aos baixos salários e a busca por ligamento a associações. Em meados de 1901 foi decretado que os professores deviam dedicar-se apenas ao magistério, no entanto os salários não dariam para sustentar uma família que a remuneração em 1905 era o mesmo que em 1891 e já era considerado insuficiente. Segundo Kuleska (1998, p. 70):

As mulheres são preferidas para desempenhar a docência por causa da sua vocação (afeto e aptidão para ensinar crianças) e porque a exiguidade dos vencimentos que o Estado oferece aos professores não permite que o homem exerça essa função, sendo a mulher mais resignada e fácil de contentar, e quase sempre assistida pelo marido, pelo pai ou pelo irmão, por isso podendo aceitar o professorado e desempenhá-lo com assiduidade e dedicação, apesar da baixa retribuição.

Aos poucos os homens iam despedindo-se da profissão, não apenas pela parca remuneração, mas também pela identificação da profissão como feminina, sendo esta considerada uma extensão do lar, além de que as mulheres possuíam características como paciência, meiguice, afetividade etc.

A primeira menção referente ao salário das professoras na Província da Paraíba é citada na lei nº 20, na constituição em 1837, por Bazílio Quaresma Torreão. No corpo do documento é citado que as professoras e os professores receberiam os seus ordenados conforme fossem marcados, ou seja, não deixa explícito que seria o mesmo salário para ambos, sendo essa questão decidida no ato da contratação pelos gestores públicos.

Debatendo essa questão, conforme a lei imperial de 15 de outubro de 1827, Stamatto (1992, p. 86) afirma:

O salário previsto nesta lei era igual para ambos os sexos, mas na prática se tornaria diferente pois, segundo relatos presidências, muitas vezes, não se conseguia mulheres preparadas para passar no concurso do magistério, o que facultava ao presidente da província contratá-las com um menor salário. Esta permissão constava na legislação que criava escolas nas províncias e estipulava a contratação de professores com menores proventos, quando não houvesse candidato aprovado em concurso na forma da lei de 1827.

Conforme cita Gomes (2008), “As diferenças salariais entre os professores tinha relação, ao que tudo indica, ou com o número de alunos que cada professor possuía ou com a cidade em que estava localizada” (p.108), fato que ocorre até os dias atuais, dentro do estado brasileiro, o salário do magistério varia de região para região, sendo que a região centro-oeste oferece uma maior remuneração aos seus professores.

Segundo Analice Caldas de Barros, em seu livro, a primeira professora a assumir o cargo no magistério foi Maria Carolina Cabral de Vasconcellos, em 1858 com vencimentos anuais de 850\$000, mais adiante a autora segue apresentando as mulheres que assumiram os cargos de educadora na Vila de Alagoa Nova. Entre as renomadas educadoras da Vila de Alagoa Nova, destaca-se Ana Borges, por ter montado uma escola na capital da Paraíba (atual João Pessoa), local onde fica hoje o Paraíba Palace Hotel e por ter lecionado a disciplina de religião na Escola Normal. E continua as apresentações das seguintes professoras: Maria Umbelina de Arruda Lira, Josefa de Almeida e Albuquerque, Maria Gabinio Machado, Maria Eulália de Avila Lins, Joviana Augusta de Farias, Maria Gabinio da Costa Machado, Ana Fernandes e Ricardina Batista.

Uma outra professora que também merece destaque no quadro educacional de Alagoa Nova é a educadora Ana Carolina de Paiva Lima que, no pouco tempo que passou na Vila, conseguiu gerar um dos maiores números de matriculas na cidade. A elite vinha acomodar-se em Alagoa Nova para que suas filhas pudessem ser educadas pela educadora Ana Carolina de Paiva Lima. “Possuía Donana moderna metodologia de ensino, sabia comunicar-se e além de ensinar, educava e transmitia requintes de novo estilo da convivência social.” (SALES, 1990, P. 149)

Analice Caldas de Barros traz dados concretos quanto à quantidade de escolas e professores de Alagoa Nova. Em 1930, existiam 16 escolas públicas com um total de 870 alunos. Já em 1940, havia 14 cadeiras, na qual lecionavam 17 professoras e 1 diretora, com salários variantes entre 230\$000 a 1\$000 por mês.

É relevante destacar o salário dos professores no início dos anos 60 do século XIX, visto que este passou a ser superior a outras províncias. Ao tratar as questões das cadeiras isoladas em uma localização com uma baixa população escolar, o presidente provincial Luiz Antonio da Silva Nunes fez a seguinte explicação:

Compreendeis facilmente que não deve nem pode a Província criar em um só ponto, quanto mais em tantos, outras censuras, com o pingue ordenado de 800\$ rs. Digo pingue em relação aos vencimentos, em toda a parte, desta classe de funcionários. Em Província nenhuma do império são eles remunerados como na Paraíba. Longe de censurável, é louvável esse procedimento dos legisladores da Província; cumpre porém que esse bom vencimento só o tenha quem verdadeiramente trabalhe e mereça” (NUNES apud SEIXAS, 1985, p.37).

Os professores sofriam críticas em relação à qualidade de seu trabalho, sendo tachados como incompetentes e responsabilizados pela má instrução pública na província.

Em relação à rede privada, havia o Colégio Santa Helena, sendo regido por Helena Caldas de Oliveira; o Externato Eptácio Pessôa, dirigido pelo professor Clodomiro Santos Leal; a Escola Aliança, dirigido pela professora Francisca da Paz; a Escola Paroquial Paquevira, dirigida por Cristina Meira da Costa, além de outras instituições privadas que não se encontram registradas.

De acordo com os escritos de Sales (1990, p. 151), o professor Clodomiro Leal possuía uma metodologia assim caracterizada:..

No antigo método da sabatina e aplicação de castigo corporal aos que apresentavam menor agilidade de raciocínio ou deficiência de memorização de conhecimentos. Não responder as perguntas de taboada, datas de acontecimentos históricos, acidentes geográficos e se perder em questões de gramática portuguesa, determinava a entrada da palmatória em atividade

Esse e outros são professores de mérito em Alagoa Nova, homenageado com o nome em uma escola na cidade de Bayeux e uma rua na cidade de Alagoa Nova. Além dessas instituições de ensino, havia também as casas de caridade, que sob a orientação do Padre Ibiapina⁷ abrigavam e instruam crianças carentes nos aprendizado das primeiras letras.

⁷ Homem culto, filho de Francisco Miguel Pereira e Teresa Maria, formou-se em Direito, tendo ocupado cargos na magistratura e na Câmara dos Deputados. Decepcionado, abandonou a vida civil para seguir o catolicismo. Aos 47 anos, iniciou uma obra missionária, percorrendo a região Nordeste em missões evangelizadoras, erguendo inúmeras casas de caridade, igrejas, capelas, cemitérios, cacimbas d'água, açudes. Ensinou técnicas agrícolas aos sertanejos, atuação que inspirou no Nordeste o Padre Cícero e Antônio Conselheiro, e defendeu os direitos dos trabalhadores rurais. (José Antônio Maria Ibiapina . In: Wikipédia: a enciclopédia livre. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Jos%C3%A9_Ant%C3%B4nio_Maria_Ibiapina. Acessado em: 12 fev 2014)

Entre os anos de 1860 e 1876, o Pe. Ibiapina construiu vinte e duas instituições que chamou de Casas de Caridade. Todas possuíam o mesmo objetivo, a caridade cristã, e funcionavam baseadas no Estatuto criado pelo Padre para essa finalidade: normalizar as instituições para que essas cumprissem o seu “papel cristão”. Que, significava além da caridade, estabelecer um relacionamento tranqüilo entre o poder da propriedade e a injustiça social decorrente. Ação que passava pelo controle da mulher, na relação entre os sexos. (BANDEIRA, 2003, p. 1).

Inicialmente, as casas da caridade foram criadas com o intuito de agregar os acometidos pela cólera, no entanto em Alagoa Nova e Areia, estas instituições tomaram outras práticas servindo como orfanato, com adaptações escolares, centros de cultura, adaptações hospitalares e creches. Anos depois, as instituições foram remodeladas assumindo sua verdadeira prática, a caridade cristã.

A casa da caridade era regida pelas beatas, que instruíam as filhas da população pobre da cidade. Essa escolha pelo Padre Ibiapina, em confiar a direção às mulheres, tem como uma das justificativas a cultura religiosa que valorizava a mulher enquanto reprodutora da vida, espelhado em Maria, mãe de Jesus, deveriam ser designadas, comedidas e virtuosas, mas também por sua ação passiva na sociedade.

As filhas espirituais de Ibiapina adquiriam prendas domésticas, noções industriais, letras, músicas, tudo de um ruralismo simples, aplicado com senso a cada religião de cada província. Esse ensino, dando graça e valor às jovens, visava facilitar o casamento que era então a chave do problema da mulher. Falando como hoje se diria que a aprendizagem das casas da caridade visava abrir as órfãs profissões e trabalhos remunerados. Não o emprego público, salvo o de “mestra”, que os quadros eram nulos. Não a técnica stenografia e das máquinas Remington e Holerith que esses instrumentos eram ainda indecisos na indústria americana e européia. Mas as órfãs de Ibiapina sabiam cosinhar, fiar, tecer, costurar, plantar sementes em tempo certo, fazer chapéu de palha, conforme o tipo e necessidade, a determinação climática e social de cada zona. (MARIZ, 1997, p. 274).

Ibiapina, através de uma ética cristã buscava educar as alunas pelo trabalho, moralização e virtudes. Assim as meninas estudavam, aprendiam ofícios próprios ao tempo e a região e tinham a oportunidade de trabalhar. Todas essas práticas e ensinamentos eram regidos pelo próprio Ibiapina.

Conforme recenseamento em 1933, estavam alfabetizados na Vila de Alagoa Nova 1859 indivíduos para 24.144 analfabetos.

Na pequena Vila de Alagoa Nova, quanto ao quadro de professores, percebe-se que inicialmente era formado apenas por homens, logo em seguida a profissão passa a ser acolhida pelas mulheres. Nesse quadro é relevante questionar: como era formado este quadro docente? Quais os critérios de seleção utilizados para o preenchimento das vagas? De acordo com Pinheiro (2004, p.13)

A lei nº 20 de 6 de maio de 1837 em seu Art. 1º – As aulas de primeiras letras serão providas por exames públicos perante o Presidente da Província, precedendo Editais em todos os Municípios pelo menos sessenta dias antes do dia marcado para o Concurso.

Art. 2º – Dentro do dito prazo os opositores se habilitarão perante o Presidente da Província, com documentos que provem: 1º terem de vinte e um anos de idade para cima, sendo casados, e de vinte e cinco se forem solteiros; 2º acharem-se no gozo de seus direitos políticos e civis; apresentando folha corrida; 3º terem regularidade de conduta tanto civil, como moral; a prova desta última circunstância será por atestado da Câmara Municipal e do pároco, a cujo termo, e freguesia pertencer o opositor.

Art. 3º – Terminado o prazo marcado, o Presidente da Província assegurará o dia do concurso; nomeando para examinar os opositores a dois professores ou duas pessoas inteligentes nas matérias de exame; havendo dois ou mais opositores a uma mesma cadeira será preferido 7[no caso de igual capacidade] o casado ao solteiro, o domiciliário do lugar ao que não for: isto mesmo será observado com as opositoras às cadeiras de meninas.

Conforme Pinheiro, o preenchimento das vagas para professores na Paraíba, dar-se-ia por meio de um concurso público. Esses concursos eram abertos à medida que se tinha a necessidade de provimento de alguma cadeira, ou seja, pela criação de uma ou pela aposentadoria de algum professor, ao que as fontes indicam não havia um período específico para contratação destes profissionais. Vale ressaltar que o atual presidente da província Bazilio Quaresma Torreão ao redigir a constituição não faz menção ao sexo do educador, podendo assumir a vaga um professor ou professora, no entanto requer boa conduta civil e moral. Outro fator curioso na constituição diz respeito à formação do educador para lecionar, o cidadão bastava ter conhecimentos necessários para ministrar aulas. Já que o mesmo cita “ou pessoas inteligentes nas matérias de exame”; e a qualificação didático-pedagógica? Estas vagas permanecem sem exigências pedagógica, cultural e intelectual para atuar na área.

Conforme dados da Província da Parahyba (Apud GOMES, 2008, p.103), as vagas para os concursos não eram muito concorridas, a parca remuneração para o magistério é tida como umas das explicações para a baixa concorrência das vagas. Segue fala do presidente da província em 1838:

Quanto as cadeiras de 1ª Letras da Província, de huma e outro sexo, devo informar-vos que achando-se 7 vagas, e a concurso ainda não apparecerão oppositores a ellas, mas o governo espera que os paraibanos verdadeiramente amantes das Letras, a ellas se oporão e em breve tempo ficarão todas providas. (PARAHYBA DO NORTE, Província da. Falla. 1838 apud GOMES, 2008,p. 103)

Sabe-se que embora houvesse concursos para essa contratação buscando avaliar o conhecimento do candidato, sendo assim uma única investigação sólida, os/as professores poderiam ser indicados pelos presidentes das províncias estando aptos ao preenchimento de vagas, de modo que atendessem a alguns requisitos como: saber ler, escrever e contar, ou seja, conhecimentos que eram adquiridos no ensino primário.

Conforme dados da pesquisa de Analice Caldas de Barros, havia também os professores interinos e avulsos, atualmente conhecidos como professores substitutos, estes teriam um vínculo empregatício mais aberto, de modo que não gozavam dos mesmos direitos e garantias que os professores efetivos. Seriam eles: Ursulino Matias da Murta, Gervásio Banavides, Antonio de Moura, Maria Umbelina Sobrereira, Antonio de Luna Freire, Belides Clementina de Almeida, Manoel Gomes de Araújo Sobreira, Antonio Rabelo de Oliveira, Ernesto Antonio Vila Seca, Anta Candidas de Farias Leite. Tais professores substitutos eram convidados a assumir as cadeiras abertas, principalmente nos períodos em que as províncias enfrentavam problemas econômicos de modo que era mais vantajoso para os governantes. No entanto, essa situação era vista como sintomas de uma instrução pública precária.

A mesma Lei determinava que os professores depois de aprovados em exames públicos seriam obrigados a ensinar as matérias seguintes:

[...] ler, escrever, as quatro operações de aritmética prática, de quebrados, decimais, proporções, as noções mais gerais de geometria prática, [sem demonstrações], gramática da língua Nacional, os princípios de moral cristã e da doutrina da religião Católica Apostólica Romana, proporcionada a compreensão dos meninos. Para a leitura dos alunos serão preferidas as

constituições do Império, o Resumo de História do Brasil, e o opúsculo - Palavras de um Crente. (CURY, 2003 p. 45)

Para as meninas, os professores seguiam um programa semelhante ao dos meninos, no entanto de forma a eliminar as noções de geometria e noções de aritmética nas quatro operações. Além dessas disciplinas, as meninas recebiam formação sobre economia doméstica, já que estas deveriam se preparadas para o lar.

A exclusão da mulher no contexto educacional é bastante nítida, elas não tinham as mesmas oportunidades que os meninos, sendo privadas da oportunidade de adquirir conhecimentos racionais como aritmética; ao invés disso privilegiavam-se os conhecimentos domésticos.

A leitura do livro de Analice Caldas sobre Alagoa Nova, se não traz uma abundância de dados sobre a educação no período, aponta uma quantidade significativa de vestígios que, aliados a outras leituras, nos permitem vislumbrar que o quadro educacional daquele lugar estava em consonância com a situação na Província e no país, guardadas as particularidades e as condições próprias de cada lugar.

3.2 O ÁLBUM DE MLLE: ANALICE CALDAS ENTREVISTA

Este tópico tem a finalidade de analisar a coluna do álbum de Mlle (*Mademoiselle*), escrito e editado pela professora Analice Caldas de Barros na revista Era Nova, em que ela entrevista personalidades paraibanas. Por meio da pesquisa qualitativa, a análise desse material visa obter informações e vestígios sobre a educação no começo do século XX, em que se buscou analisar se há nas entrevistas indícios sobre a educação na Paraíba daquele contexto. Para um melhor entendimento sobre o momento da sociedade do século XX, período em que foi escrito o Álbum de Mlle. Analice Caldas resolvemos fazer um recorte histórico sobre a educação naquele período. Foi exatamente pelo processo de educação que algumas mulheres ingressaram na sociedade, e passaram a ter uma importância social, política e cultural.

O século XX foi marcado por inúmeros avanços tecnológicos, migração para os centros urbanos e mudanças políticas em relação ao poder. O ilustre historiador Eric Hobsbawm nomeou este período tempo como A Era dos Extremos porque se referia à era de catástrofes, certezas e incertezas que o mundo vivia.

No ano de 1922, o Brasil completou cem anos de independência política, entretanto a condição da escolarização pública continuava precária. Anteriormente, em 1916, surgiu o primeiro grupo escolar da Paraíba, que iria substituir a era das cadeiras isoladas, mas num processo muito lento e complicado. Houve melhoria no sentido de ampliação do número de instituições públicas de ensino. Nessa época existiam também as escolas reunidas, que eram instituições de ensino em transitoriedade. A primeira escola reunida criada na Paraíba nasceu no ano de 1910 na cidade de Alagoa Nova e a mesma tinha uma construção bem planejada para abrigar todas as escolas daquela localidade. “Nesse período, os grupos escolares não apenas atenderam às exigências estéticas da elite, mas também se prestaram a modernizar e embelezar a capital paraibana” (PINHEIRO, 2002, p. 140). Os grupos escolares vieram para acompanhar o processo de modernização e urbanização que acontecia em todo país. Apesar da Paraíba não ter uma efetiva participação no nível de desenvolvimento econômico desse país, a mesma acompanha o processo do poder central da sociedade, a qual era controlada pelas oligarquias cafeeiras de São Paulo e as de Minas Gerais com o leite e seus derivados. A década de 1920 foi apontada pela intelectualidade brasileira como um momento de renovação do ensino. Nesse contexto surgiu também o processo de Escola Nova no Brasil, sobre forte influência do americano John Dewey e implementada pelos atos reflexivos e críticos de Anísio Teixeira. Com isso nasce o Manifesto dos Pioneiros que tinha como objetivo defender a universalização da escola pública, laica e gratuita. Entre os seus seguidores estavam Fernando de Azevedo, Cecília Meireles, Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira.

Articulada a esta questão, a visão humanista foi outro aspecto que passou a ter maior destaque nos discursos da elite paraibana. Em outras palavras, verifica-se que a preocupação em formar o indivíduo, humanizando-o, viria a consubstanciar, de forma mais consequente, o fortalecimento da nação, da pátria. Essa formação humanista, forjada num mundo cristão, terminou desdobrando-se em aspectos relativos à moral, aos bons costumes, ao discernimento entre o bem e o mal. À escola caberia, então, preocupar-se com a educação moral, que teria como mais elevado alvo formar a personalidade moral do educando, fazendo com que ele se habitue a prática dos deveres (PINHEIRO, 2002, p. 165-166).

Várias transformações marcaram a década de 1920 e isso gerou uma grande transformação social, pois com a migração dos povos para as grandes cidades foi organizado um novo modelo de sociedade. Essa nova forma organizacional possibilitou

a inserção da mulher no mercado de trabalho, para suprir uma mão de obra barata. A presença das mulheres no mundo do trabalho revela grandes questionamentos, porque a sociedade entendia que a educação das mesmas deveria ser voltada para o lar e seus aprimoramentos nos estudos eram para a educação de seus filhos, para administrar bem sua casa, contribuindo com o bom desempenho do homem como provedor da família. Foi justamente contra esse modelo de educação que as mulheres uniram-se em busca de uma nova posição social, assim, procuraram seguir as carreiras do magistério e a inserir-se em outras áreas do mercado de trabalho. Diante disso, algumas mulheres procuraram o apoio da imprensa para denunciar as condições de opressão que marcavam suas vidas.

Na passagem entre os séculos XIX e XX no Brasil, algumas mulheres arriscam-se num território que ainda lhes era estranho: o da escrita. Não a escrita comum, mas aquela que publicamente pratica em lugares antes interditados ao feminismo, a da palavra impressa (ABRANTES; NETO, 2010, p. 89).

Além de se juntarem aos movimentos sociais da época, as mulheres começaram a publicar textos em jornais, periódicos e revistas defendendo as causas femininas. A partir de todo esse processo de luta é que surge um novo olhar para o sexo feminino, já que antes a mulher era tida como um ser passivo, incapaz e frágil. Através desse processo de inserção na sociedade é que a mulher vem desmistificar o mito de suas incapacidades. A luta feminista nasce com a intenção de denunciar injustiças, incertezas e opressões que cercavam as mulheres e as desvalorizavam como seres humanos. Uma das profissões mais mencionadas para as mulheres foi o magistério, porque tinha uma sede de emancipação muito grande e a escolaridade perpassava essa linha de pensamento aproximando educação e trabalho, ao mesmo tempo em que trazia para as mulheres a arte da ocupação.

O jornal começa a fazer parte da vida das mulheres, porque traz expressão. Essa expressão transmitida pelas mulheres é dada através de seus escritos, que ao mesmo tempo ganham voz, uma profissão, e despertam um público leitor, as leitoras.

A partir dos escritos de Analice Caldas de Barros na revista Era Nova, buscamos localizar informações acerca da educação. Para isso, fizemos a leitura das entrevistas que Analice fazia com pessoas públicas da sociedade paraibana da época abordando vários temas, como comportamento, beleza, cultura, sociedade, religião e educação.

O ano de fundação da revista Era Nova foi em 1921, o primeiro número circulou no dia 26 de março daquele mesmo ano e tinha a intenção de propagar o processo de modernização, que travava forças contra o conservadorismo. A imagem que a revista passava afastava, cada vez mais, a fragilidade da figura da mulher, pois a publicações traziam mudanças e avanços advindos dos movimentos sociais que aconteciam na Europa, atualizações na historiografia, comportamentos e nas vestimentas. As mulheres escreviam novos discursos sobre o sexo feminino.

A Era Nova foi uma revista quinzenal, a qual teve circulação em todo o estado da Parahyba do Norte e com correspondentes em todos os municípios do estado. Uma característica marcante da Era Nova eram as suas ilustrações, incomuns naquela época, pois as revistas, em sua grande maioria, continham apenas textos. O grupo fundador da revista foi formado por Severino Lucena, Sinésio Guimarães Sobrinho, Eptácio Vidal, Viera D' Alencar, Lima Junior e outros homens pertencentes à alta sociedade da época.

Esta conceituada revista do Estado da Parahyba do Norte abordava vários assuntos de grande importância, como política, ciência, filosofia, psicologia, sociologia, saúde, artes, eventos sociais, moda e, também, acontecimentos de outros estados do Brasil e, até mesmo, da Europa (DUARTE, 2001, p. 17).



Figura 3 - Capa da Revista 'Era Nova'.
Fonte: arquivo das autoras.

As mulheres que escreviam na revista Era Nova pertenciam à elite paraibana da época, na verdade, a revista tinha uma característica elitista. A maior parte dos artigos era escrito por homens, mas os artigos femininos tinham uma notável

representatividade. Os jornais a União e A Imprensa possuíam várias publicações feitas por mulheres que prezavam pela emancipação feminina, assinadas por Eudésia Vieira, Iracema Marinho, Alice de Azevedo Monteiro e a própria Analice Caldas. Essas mulheres chamavam a atenção para a consciência política, social, intelectual e os direitos das mulheres.

A sociedade da época foi marcada pela transição do antiquado para o moderno, pois trouxe uma nova discussão baseada na igualdade e na liberdade. Os primeiros artigos publicados na revista Era Nova se referiam à beleza, à moda e ao comportamento feminino, isto é, uma linha de pensamento ligada à educação, pois a mesma possui um amplo conceito e engloba, principalmente, o processo de ensinar e aprender. Com o passar dos anos, a revista começa a apresentar uma nova dimensão de conhecimento com uma base de transformação da sociedade, pois até então a mulher era vista como um objeto.

Na revista Era Nova os textos contemplavam assuntos diversos, conforme pode ser visto nas imagens 3 e 4:

Nome	Artigo	Data/Ano
Gilka Machado	Poesia / Mulher	15/07/21
Arthemira	As saias curtas	22/10/21
Aneleira	Corbeille des Dames	01/12/21
Amélia Rodrigues	Versos	01/12/21
Aneleira	Corbeille des Dames –Elizia de Almeida	25/12/21
Aneleira	Corbeille des Dames – Cândida de Sá	15/01/22
Aneleira	Corbeille des Dames – Tercia Bonavides	01/02/22
Eudésia Vieira	Almofadinha	15/02/22
Eudésia Vieira	Livros Novos	15/02/22
Aneleira	Corbeille des Dames– Davina Q.	15/02/22
Gilka Machado	De um Livro no Preto	26/03/22
Ana Celia	Caridade	15/04/22
Eudésia Vieira	A Mulher	15/04/22
Violeta	Carta de Mulher	01/05/22
Violeta	Carta de Mulher	15/05/22
Eudésia	A Novella	01/06/22
Violeta	Carta de Mulher	01/06/22
Albertina Correia Lima	Geogénia	01/06/22
Violeta	Carta de Mulher	15/06/22
Guimar	Bilhetes	01/07/22
Violeta	Carta de Mulher	15/07/22
Albertina Correia Lima	Estructura da Terra	15/07/22
Violeta	Carta de Mulher	15/08/22
Débora Monteiro	Reflexões de uma Cabra	15/08/22
Julia Lopes de Almeida	Nossos Logradouros	15/08/22
Lylia Guedes	Film	01/09/22
Violeta	Carta de Mulher	01/09/22
Violeta	Carta de Mulher	15/10/22
Giomar	Bilhete	01/11/22
Albertina Correia Lima	Egipto Sua Sabedotia	15/11/22
Violeta	Carta de Mulher	24/12/22

Figura 4 – Lista com o nome de textos escritos por mulheres na Revista Era Nova (1921/1926) (1)
Fonte: Duarte, 2001, p. 36

Analice Caldas	Album de Mlle. Analice Caldas Manuel T. Cavalcante ☆	/09/24
Mathilde Serão	Visita de Despetida	/10/24
Palmyra Wanderley	Oração da Paz	15/01/25
Violeta	Carta de Mulher	01/03/25
Analice Caldas	Album de Mlle. Analice Caldas Rodrigues de Carvalho ☆	15/03/25
Palmyra Wanderley	Mangueira	01/04/25
Palmyra Wanderley	Entre a Moda e o Amor	15/04/25
Analice Caldas	Album de Mlle. Analice Caldas – José Gomes Coelho ☆	15/04/25
Violeta	Carta de Mulher	01/05/25
Palmyra Wanderley	Pitangueira	01/05/25
Violeta	Cartas de Mulher	15/05/25
Alice Monteiro	Reminiscências do Rio – Uma Melindrosa	01/07/25
Palmyra Wanderley	Lavadeiras da Minha Terra	01/07/25
Débora do Rego M.	Carta de Paris	01/08/25
Adelle de Oliveira	No Cinematographo	01/08/25
Graça Aranha	Alma Brasileira	15/08/25
Juana de Ibarbourou	Musa Uruguaya	15/09/25
Analice Caldas	Contrastes	15/10/25
Ana Amelia	Euclides da Cunha – Recordações de sua vida	31/10/25
Margarida	Amelinha Theorga	20/07/26
Helena	Elegância Feminina – Impressões da Moda	20/07/26

Figura 5 – Lista com o nome de textos escritos por mulheres na Revista Era Nova (1921/1926) (2)
Fonte: Duarte, 2001, p. 38

A participação da mulher nos meios de comunicação teve fundamental importância para as mudanças de pensamento da sociedade paraibana, por isso negar a participação da mulher nos acontecimentos históricos da sociedade é um desserviço à produção histórica. Uma das colunistas da revista Era Nova foi a doutora Eudésia Vieira⁸ que, embora tivesse uma escrita bem específica e voltada à racionalidade e ao autocontrole feminino, defendia a emancipação da conduta feminina, sob tutela. Já Analice Caldas, solteira e instruída, seguiu em defesa do progresso feminino, pregava pela emancipação da mulher buscando uma ressignificação sobre a função de sobrevivência e organização de um lar. Em um de seus escritos publicado no jornal ‘O educador’ intitulado como ‘De Leve’, ela aponta que as mulheres devem trabalhar para demonstrar suas competências e assim competir igualmente com os homens.

Quantos pais inválidos estão confiados a responsabilidade de uma filha? Enquanto os filhos varões foram para o norte, ou para o sul, em busca de melhores cobres e nunca tornaram... Deve-se ser o direito de todas, preocupar-se com o pão de cada dia, não um triste privilégio do homem, como tem sido até aqui (BARROS apud ABRANTES; NETO, 2010, p. 105).

⁸ Eudésia Vieira foi uma professora diplomada do ano 1911, depois publicou um livro, intitulado Pontos de História do Brasil, que foi adotado como livro didático pelas escolas da época. Entrou para imprensa como colunista da revista Era Nova e ficou conhecida pelo poema ‘Mãe, n’A União’, em 1908. No ano de 1934, formou-se em medicina nas áreas de ginecologia e obstetrícia. Faleceu no ano de 1981.

Diferente de outras colunistas da revista *Era Nova*, Analice Caldas demonstrava menos pudor ao falar do feminismo, a mesma saúda com louvor a chegada do feminismo na Paraíba e esclarece as diferenças do movimento de reivindicação entre o movimento sensacionalista que a imprensa repassava ao público.

O feminismo é uma necessidade social, não esse movimento ridículo de mulheres desiludidas que de estandarte e lunetas pregam em comícios, pela imprensa, fantasias irrisórias de seus cérebros superexcitados... Mas [é] essa corrente de reconstrução moral que é a noção exacta, a compreensão pela prática, da responsabilidade do futuro (BARROS apud ABRANTES; NETO, 2010, p. 106).

Analice Caldas quando se refere ao feminismo exaltado apropria-se do pensamento da sua colega de trabalho Eudésia Vieira, considerando um movimento descontrolado. Esses movimentos de luta mais ferrenha foram bastante encontrados na Europa, porém Analice Caldas acredita que existe um feminismo complacente, ponderado e racional.

É desvanecida que registro sem cabir no desagrado de todos que já temos conterrâneas nossas, num instituto de sciencias, em repartições públicas, no commercio, etc, lucrando sua inteligência, seu valor physico no trabalho que é a principal fonte de vida, a melhor hygiene d'alma, a bem da Pátria e da família. [...] com alguma timidez apesar, recebida com sombranceira desdenhosa por alguns, o movimento triumpha. Não encontro reflexões em abono desse desagrado desleal e singularmente injusto. Será medo da competência?

Há pouco numa das repartições federaes daqui demitiu-se um jovem de um cargo, após o compromisso prestado, alegando falta de acomodação condigna, excesso de trabalho... sei também que este não foi o principal caso! Entretanto o cargo imediatamente foi preenchido por uma senhorita de nosso melhor meio a quem não intimidou o excesso de trabalho nem tão pouco a falta de conforto. Quem nada faz, nada vale! (BARROS apud ABRANTES; NETO, 2010, p. 107).

Diferente dos discursos normais da época, Analice Caldas tensiona mais seus argumentos, o conteúdo de sua escrita é o que se aproxima mais dos discursos feministas. Ela destaca a mulher como um ser capaz e hábil de ocupar muitos espaços, pois questiona e critica a má formação e não profissionalização das mulheres nos espaços de trabalhos. Mesmo sendo uma mulher cheia de convicção e com uma personalidade moderna para época, Analice Caldas não sofreu por preconceito ou má

fama, é possível que não tenha agradado a todos, mas teve bastante visibilidade na sociedade e na imprensa da época. Analice Caldas teve grande êxito em sua carreira de colunista, pois conseguiu uma página permanente na revista *Era Nova*, em que, diferente de outras publicações da revista o seu questionário organizado e editado por ela própria fez um grande sucesso. O questionário era aplicado em sua maioria a homens, talvez por haver poucos nomes de mulheres na roda intelectual, política e social daquela época.

Foi exatamente no dia 15 de novembro do ano de 1923, que a professora Analice Caldas de Barros lançou a coluna *Álbum de Mlle Analice Caldas*, em que diversas personalidades da elite paraibana eram entrevistadas pessoalmente pela jornalista. O seu álbum de entrevistas abrangia temas pertinentes e todos tinham interdisciplinaridade com a educação, sejam os assuntos mais banais ou os ligados à política e à sociedade. Tanto pessoas do gênero masculino com as do feminino foram seus entrevistados em sua coluna na revista *Era Nova*, porém a predominância dos entrevistados eram os homens, como Diógenes Caldas, João Avelino da Trindade, Carlos Augusto Furtado de Mendonça Dias Fernandes, Manuel Tavares Cavalcanti, João da Mata Correia Lima, José Rodrigues de Carvalho, Alice de Azevedo Monteiro e outros⁹.

O *Álbum de Mlle. Analice Caldas* tem poucas variações, são as mesmas perguntas feitas a todos/as entrevistados/as. A princípio, esse estilo de escrita pode parecer sem criatividade e um pouco enfadonho, mas à medida que se percebe um amplo campo de visão sobre os costumes da sociedade da época pode-se considerar uma enorme relevância a esses escritos, pois o mesmo parte de um contexto histórico bastante interessante sobre as mudanças entre as relações de gênero. O interesse dos leitores da revista pela coluna de Analice Caldas se remetia à assiduidade das publicações, aos entrevistados por serem nomes conhecidos da roda social, política e intelectual da Paraíba, e ao novo contexto histórico que a década de 1920 trazia à sociedade, como a liberdade, o charme da mulher melindrosa, os novos modos de vestir, os salões com seus sons alegres, além da influência do teatro. A mulher começava a ter mais liberdade, a partir daí começa a usar maquiagem, vestidos mais curtos e leves, mostrava pouco mais das pernas e o colo, e a sociedade se interessava por coisas do cotidiano e os costumes das pessoas “ilustres”. O número de anos da existência do *Álbum de Mlle.*

⁹ Não foi possível encontrar a lista com demais entrevistados, pois o arquivo do IHGP está incompleto e faltando algumas edições da Revista *Era Nova*.

Analice Caldas coincide com os anos de vida da revista Era Nova que circulou na Paraíba nos anos de 1920 a 1926.

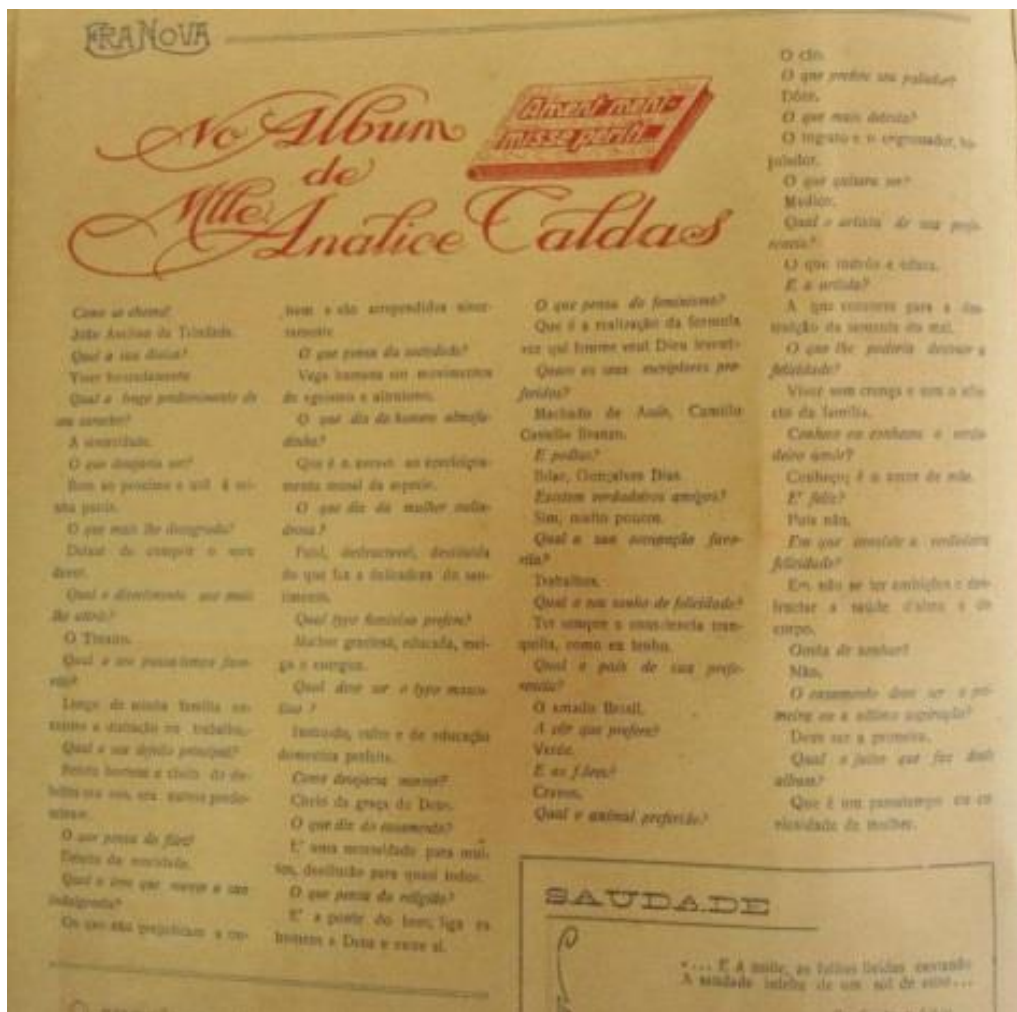


Figura 6 - Coluna Álbum de Mlle.
Fonte: Arquivo das autoras.

As questões levantadas por Analice Caldas em seu álbum expressam a opinião da sociedade da década de 1920, algumas questões podem ser consideradas como banais, mas aos poucos, em sua simplicidade, o álbum torna-se instigante e historicamente estratégico. Todas as perguntas pontuadas no Álbum de Mlle estão apresentadas abaixo:

1. *Como se chama?*
2. *Qual a sua divisa?*
3. *Qual o traço predominante de seu caracter?*
4. *O que desejaria ser?*
5. *O que mais lhe desagrada?*
6. *Qual o divertimento que mais lhe atráe?*
7. *Qual o seu passatempo favorito?*

8. *Qual o seu defeito principal?*
9. *Qual o erro que merece a sua indulgencia?*
10. *O que pensa do flirt?*
11. *O que pensa da sociedade?*
12. *O que diz do homem almofadinha?*
13. *O que diz da mulher melindrosa?*
14. *Que qualidades prefere no homem?*
15. *Que qualidade prefere na mulher?*
16. *Qual deve ser o typo masculino?*
17. *Qual deve ser o typo feminino?*
18. *O que pensa da religião?*
19. *O que pensa do feminismo?*
20. *O que diz do casamento?*
21. *O casamento deve ser a primeira ou ultima aspiração?*
22. *É fatalista?*
23. *Existem verdadeiros amigos?*
24. *Quaes os seus escriptores preferidos?*
25. *Quaes os poétas de sua preferencia?*
26. *Conhece ou conheceu o verdadeiro amor?*
27. *Gosta de sonhar?*
28. *A côr que prefere?*
29. *Quaes as suas flores preferidas?*
30. *O que prefere seu paladar?*
31. *Qual o animal preferido?*
32. *O que mais detesta?*
33. *Qual a sua occupação favorita?*
34. *É feliz?*
35. *Em que consiste a verdadeira felicidade?*
36. *O que lhe poderia destruir a felicidade?*
37. *Qual a sua verdadeira vocação?*
38. *O que mais lhe irrita os nervos?*
39. *Qual a época que quizera ter vivido?*
40. *É ciumento?*
41. *O que diz do ciume?*

42. *O que é a vida?*
43. *Como se desejaria chamar?*
44. *Como desejaria morrer?*
45. *Qual o juízo que faz deste álbum?*

O questionário descrito possibilita muitas leituras, conforme foi apontado no início desse trabalho o objetivo desse capítulo é analisar as concepções sobre a educação tanto nos escritos da professora Analice Caldas quanto nas respostas dos entrevistados, pois representam a sociedade da época.

A imagem da educação aparece nestes escritos com várias facetas, como o estar e o agir das pessoas em uma sociedade, os modos de um convívio social, os desejos, o modo de experimentar os sentimentos, de se divertir, de trabalhar, de escolher objetos, de olhar e julgar as pessoas. A educação se reflete também nas expectativas que temos em relação ao mundo e às pessoas; expressa-se em nossas crenças e no que esperamos do futuro; desenvolve-se nas diversas situações vividas por cada indivíduo; nas demonstrações de (in)civilidade do ser humano; na capacidade de socialização, tudo isto está contido no conceito de educação, porque a educação é um processo contínuo de desenvolvimento.

A entrevista é um processo de interação social, pois estabelece uma relação estreita entre o entrevistador e o entrevistado. Analice Caldas estabelece um modelo de uma entrevista estruturada.

As entrevistas estruturadas são elaboradas mediante questionário totalmente estruturado, ou seja, é aquela onde as perguntas são previamente formuladas e tem-se o cuidado de não fugir a elas. O principal motivo deste zelo é a possibilidade de comparação com o mesmo conjunto de perguntas e que as diferenças devem refletir diferenças entre os respondentes e não diferenças nas perguntas (LODI, apud QUARESMA, 2005, p. 73; 74).

As primeiras nove perguntas feitas por Analice Caldas aos seus entrevistados respondem a noções particulares, como quem são, os valores, atitudes e opiniões. Isso estabelece uma ligação com educação no sentido de conhecer o indivíduo, pois o conhecimento traz as convicções do entrevistado à tona, tornando o processo de socialização mais verdadeiro e determinante para o entrevistador, uma vez que sua personalidade estará exposta na entrevista.

A época marcada por grandes transformações incorporou as ideias e os ideais de modernidade. Com isso a sociedade paraibana vivia novos tempos. A chegada do *Jazz* ao Brasil trouxe consigo a prática do *flirt* nos salões, surgindo então um novo comportamento entre os relacionamentos sociais, considerados por muitos, frenético e de sensualidade vil. Esta nova forma de se fazer música incorporava aos relacionamentos novos atos, que envolvem a comunicação verbal ou por escrito, bem como a linguagem corporal de uma pessoa para outra, o que sugere um interesse em um relacionamento mais profundo com a outra pessoa. Quando a colunista pergunta aos entrevistados o que eles acham do *flirt* a mesma nos remete à relação de comportamento. Essas relações comportamentais eram expostas nos salões, que animados pelo som das jazz-bands traduziam no modo de vestir o espírito da também chamada Era da liberdade e modernidade.

Algumas das respostas dos entrevistados mostravam o preconceito da época contra o comportamento de determinadas mulheres, por exemplo, no sentido que o homem tudo pode fazer, mas a mulher tem que manter acima de tudo a sua honra. Uma mulher independente, solteira, que se vestisse diferente das moças e que frequentasse os salões para paquerar com os rapazes, era tida como muitas vezes como uma indecente. Em resposta a pergunta ‘o que pensa do *flirt*?’ José Gomes Coêlho responde que é um fenômeno social sem leis quantitativas conhecidas; João da Mata Correia Lima falou que é ocupação ou preocupação de desocupados; Rodrigues de Carvalho chega ao extremo com sua percepção fundamentalista, o mesmo afirmou que o *flirt* é quase um pecado não proibido pelos mandamentos da lei de Deus; já o senhor João Avelino da Trindade responde a questão minimizando as preocupações feministas afirmando ser apenas um “deleite da mocidade”, mostrando pouca preocupação sobre o assunto e revelando em suas palavras que aquilo era coisa de jovens; Alice de Azevedo disse “é a flor da neve e não pode viver em nosso clima”, revelando que, para ela, este comportamento não sobreviveria.

A mulher melindrosa e o homem almofadinha também surgem nesse contexto, sendo bastante criticados pela sociedade daquela época. As mulheres eram taxadas de melindrosas por apresentarem um comportamento diferente e chocante para época, pois as mesmas usavam maquiagem, vestidos acima do joelho, chapéus menores e outros. Esses estilos eram associados à prostituição. Já os homens eram discriminados sendo taxados de almofadinhas, porque tinham um comportamento delicado e se vestiam

como atores de cinema, tentavam reproduzir o que viam nas telas de cinema, a fim de obterem uma maior liberdade de costumes. Tudo isso provocou uma intensa preocupação na busca por um modelo recatado e religioso das moças e dos rapazes de outrora. O tipo de homem e de mulher perfeitos para o casamento era diagnosticado pelos preceitos religiosos. Os discursos sobre o casamento eram ditados pelos dogmas católicos, que contemplavam a preservação da família. Sendo assim, as moças deveriam casar-se cedo para não se desvirtuarem com as atrações advindas da modernidade. Para alguns entrevistados, a religião era indispensável, porém para outros, em sua maioria homens, não passava de fruto da imaginação dos ignorantes.

A veemente defesa de uma educação feminina baseada no modelo conservador chegava a expressar um movimento na contramão, ao passo que, parecia passar despercebido que o valor da humildade, tão caro para a igreja católica, perdia sua importância diante do aumento acelerado do consumo, das novidades oriundas da industrialização e do comércio de peças importadas de outros países, especialmente países da Europa. Era a moda advinda da França que modificava a cabeça das jovens paraibanas, alterando seu vestir, seu pentear e seu portar-se diante da sociedade (NUNES; SANTOS, 2009, p.3).

Nas perguntas 14, 15,16 e 17 Analice Caldas destacava essas questões como qualidade. Ao refletir sobre o conceito de qualidade é transmitido para os leitores o aspecto social, cultural e educacional, em que se valoriza tanto o conhecimento simbólico quanto o pessoal e o emocional. Talvez a entrevistadora quisesse uma resposta voltada para o sentido de educação como qualidade, como intelectualidade e virtude do ser humano, e não como característica física. Algumas respostas só enfatizam os tipos físicos das pessoas que os entrevistados admiravam, como Diógenes Caldas, para quem as qualidades preferentes no homem são as que fazem a independência de caráter, e para as mulheres, as que lhe realçam a virtude; já os tipos de homem, para ele, tinha que ser másculo de corpo e de caráter; Carlos Augusto Furtado, sobre as qualidades de homens e de mulheres, destaca, respectivamente, a serenidade e a modéstia e quanto ao tipo masculino e feminino, são respectivamente Joaquim Nabuco e a Venus de Callypigia; para Manuel Tavares Cavalcante as qualidades preferentes no homem e na mulher são a consciência do dever e a coragem do sacrifício e o seu tipo de homem e mulher é o romano antigo e a mulher é a brasileira Rosa Fonsêca, que fez a oblação dos filhos no altar da parra; e por último a entrevistada Alice de Azevedo que disse que apesar de não possuir a lâmpada de Diógenes, descobriu que o seu marido

reunia todas as qualidades que a mesma preferia, e na mulher eram a meiguice, bondade, altivez e sinceridade, já os tipos de homem e mulher para ela tinham que ser os homens Spartacus e a mulher brasileira, que conserva a graciosidade de mestiça.

Na pergunta que questiona os entrevistados sobre o feminismo, o número de críticas, nas respostas, ao comportamento da mulher é maioria, pois para aquela sociedade a mulher devia ser educada para cuidar da vida doméstica. Apenas dois homens entrevistados apoiavam o movimento, um deles com algumas restrições e o outro apresenta uma resposta totalmente a favor do movimento. O senhor Manuel Tavares Cavalcanti respondeu à pergunta 19 da seguinte forma: “Conjuncto de reivindicações em grande parte justas, mas com algo de ridículo”. Já o senhor José Gomes Coêlho respondeu a pergunta 19 dizendo: “Fortalecerá a razão à mulher emancipando-a dos preconceitos de que ainda entretece¹⁰ a sua vida”. Pode-se observar que algumas ideias de apoio ao movimento passam a ganhar visibilidade na imprensa paraibana.

Na pergunta de número 24 que diz: ‘Quaes os seus escriptores preferidos?’ os nomes citados foram: Eça de Queiroz, Flaubert, Machado de Assis, Shakespeare, Dante, Gauthier, Maupassant, Victor Hugo, Ruy Barbosa, Euclides da Cunha, Walter Scott entre outros. O que havia em comum entre todos os escritores mencionados era que toda sua produção é literária. Houve algumas repetições dos autores Eça de Queiroz, Flaubert e Euclides da Cunha.

José Maria de Eça de Queirós nasceu em Póvoa de Varzim, Portugal, no dia 25 de novembro de 1845 e faleceu em Paris no dia 16 de agosto de 1900. Esse escritor é considerado como um dos melhores romancistas de Portugal e foi um dos pioneiros da literatura realista em seu país. Suas principais obras foram: O Primo Basílio, Os Maias e O crime do Padre Amaro.

Gustave Flaubert foi um escritor francês do século XIX. Nasceu na cidade de Rouen na França em 12 de dezembro de 1821 e faleceu em Croisset na França no dia 8 de maio de 1880. Flaubert foi muito importante por seus romances e contos e é considerado um dos principais representantes do realismo. Sua principal obra foi o romance “Madame Bovary” de 1857. A obra desses dois autores, durante um bom

¹⁰ Entretecer: Que se mistura, entremear-se, que se entrelaça.

tempo, esteve proibida às mulheres, pois era vista como inadequadas pelo fato de tratarem de temas como adultério, por exemplo.

Euclides Rodrigues da Cunha nasceu no Rio de Janeiro, em 20 de janeiro de 1866 e morreu neste mesmo estado, no ano 1909. Sua obra principal foi o livro *Os Sertões* que se destacou na literatura por retratar um fato histórico contemporâneo, que criticou as ações do Exército, a qual massacraram os habitantes da comunidade de Canudos.

William Shakespeare(1564-1616) nasceu na em Stratford-upon-Avon, Inglaterra e se tornou um dos mais influentes dramaturgos da história. Shakespeare iniciou sua carreira escrevendo comédias baseadas em eventos e personagens históricos, mas ficou mais conhecido ao escrever tragédias. Sua primeira tragédia de sucesso foi *Romeu e Julieta*.

Joaquim Maria Machado de Assis nasceu no Rio de Janeiro em 21 de junho de 1839 e faleceu na mesma cidade no dia 29 de setembro de 1908. Machado de Assis Escreveu em praticamente todos os gêneros literários, sendo poeta, romancista, cronista, dramaturgo, contista, folhetinista, jornalista, e crítico literário. Suas obras mais importantes são: *Quincas Borba*, *Dom Casmurro* e *Memórias Póstumas de Brás Cubas*.

Podemos perceber que a cultura literária era muito forte naquela época, pois na maior parte das entrevistas encontradas foram mencionados nomes de vários escritores. *A Semana de Arte Moderna, 1922*, contou com a participação de escritores, artistas plásticos, arquitetos e músicos, trouxe bastante influência para a literatura, com renovações em muitos gêneros da arte literária. O seu principal objetivo era renovar o ambiente artístico e cultural daquela época, pois a mesma já sofria com processo de modernização.

Analice Caldas aborda em seu questionário todos esses assuntos apresentados, discutindo de forma sutil representações de gêneros. A educação aparece atrelada a essas questões sob a forma do conhecimento da entrevistadora, pois esse conhecimento lhe dava a capacidade de argumentação de diversos assuntos considerados relevantes. Analice Caldas escreve em seu *Álbum de Mille* subjetividades das práticas de seus discursos feministas, pois, ao analisar a questão que fala se o casamento deve ser a primeira ou última aspiração, ela está oferecendo as visibilidades do seu discurso coerente, pois a mesma era uma mulher solteira e independente. A manifestação de uma emancipação feminina baseada no cultivo intelectual, pois ela era solteira, diplomada

pela escola Normal, tinha um bom emprego e era uma intelectual da época. Os escritos de Analice Caldas estão estabilizados no modelo do feminismo do século XX, no qual a emancipação da mulher tinha mais chances de ser alcançada através seu conhecimento intelectual. Nessa época, o movimento paraibano pregava por uma conduta centrada no trabalho, na educação e sobre o bem estar da família. As sufragistas, no entanto, eram mais exaltadas, porque lutavam pela igualdade social, política e econômica de reforma, com o objetivo de conquistar o direito ao voto.

Ao questionar seus entrevistados sobre qual opinião tinham do álbum de Mlle., a colunista, tem sua imagem revelada por cada entrevistado. [...] “Regula o trato respeitoso e delicado com que seus entrevistados ou notas sobre sua presença na imprensa a descrevem, e ainda da autonomia frente ao masculino, sejam pais ou maridos” (ABRANTES; NETO, 2010, p. 109).

É possível que não agradasse a todos, mas sua produção de questionadora não ameaçava os padrões da época. Talvez não ameaçasse a sociedade, porque os traços de virilidade eram representados tanto em suas falas quanto em seus escritos. A imagem de uma mulher viril ou de uma “mulher macho” estava atrelada à política, pois naquela época a ideia de uma revolução política, fortemente apoiada por essas mulheres em defesa de sua terra e de seu presidente, chegava ao estado em forma de apoio ao Presidente João Pessoa. Anallice Caldas era líder do movimento em apoio à Aliança Liberal antes e depois da morte de João Pessoa, e as ideias de autonomia e combatividade estavam presentes nos discursos e tornaram-se mais fortes com a presença das mulheres.

4 CONCLUSÃO

Ao longo desses três capítulos, que contaram partes da história da paraibana Analice Caldas de Barros, e refletindo sobre a história das mulheres, pode se observar como se modificou a sociedade através das mudanças entre os gêneros masculino e feminino. No decorrer deste trabalho, buscou-se apresentar os aspectos biográficos da vida da educadora Analice Caldas; apresentar notícias sobre o cenário educacional de Alagoa Nova, a partir do livro “Alagoa Nova - 1940”, no qual autora apresenta dados históricos de sua cidade natal e fazer uma análise dos seus escritos na coluna da revista Era Nova intitulada como Álbum de Mlle, em busca de vestígios sobre a educação.

O diagnóstico dessa investigação apresenta que embora Analice Caldas, durante sua atuação, tenha dado contribuições ao meio social e educacional, com suas práticas pedagógicas e de escrita nas revistas e jornais paraibanos da época, tenha ocupado espaços relevantes para a sociedade paraibana, como tantas outras educadoras o esquecimento tem sido o destino. Foi, principalmente, por esse motivo de esquecimento relacionado à figura das mulheres que revolvemos formular este estudo, o qual busca ativar a memória da mulher como sujeito do processo social, político e educacional em nosso estado.

Ao ler os escritos que foram estudados neste trabalho, percebe-se a insatisfação explícita da educadora supracitada com o trato à educação pelas autoridades e sua preocupação em apresentar não apenas as questões mais quantitativas de acesso à escola, de número de instituições e de alunos alfabetizados, no período compreendido pela narrativa do livro, mas destaca também o altíssimo índice de analfabetismo que, no contexto delimitado pela educadora, era característica da maioria dos municípios brasileiros.

Em seu questionário Álbum de Mlle Analice Caldas publicado na revista Era Nova, a referida educadora apresenta a educação implícita em suas perguntas, que eram feitas à sociedade na década de 1920. Os vestígios sobre educação aparecem como um fenômeno social dos modos culturais de ser, estar e agir necessários à convivência em sociedade. Quanto aos demais setores, percebe-se seu cuidado com a descrição destes questionamentos sempre citando perguntas estruturalmente elaboradas e pensadas para conhecer os seus entrevistados.

É através da leitura do livro *Alagoa Nova*, que a autora nos traz a visão panorâmica do desenvolvimento da cidade, nos fazendo compreender o contexto social do século XIX, na Paraíba, além de oferecer indícios das histórias de mulheres daquele município e sua inserção na sociedade. Já nos seus escritos do *Álbum de Mlle*, a educadora no remete aos anos de 1920 e tem o objetivo de propagar o processo de modernização que imprimia forças frente ao conservadorismo.

Tendo em vista os aspectos observados pode-se concluir que a educadora Analice Caldas de Barros foi uma mulher que estimulou o processo de mudanças para a igualdade de gêneros. Sua coragem e suas obras foram um incentivo poderoso, principalmente, no envolvimento com a imprensa, que é um modo expressão e de visibilidade. Pode-se afirmar que aqui na Paraíba os jornais e as revistas fizeram parte das formas de expressão das mulheres, pois ao mesmo tempo as mulheres ganharam acesso a uma profissão que antes era exclusivamente masculinizada.

Os escritos da professora Analice Caldas de Barros nos fazem compreender que uma história individual pode contribuir para a compreensão de uma época, revelando os costumes, modos de pensamentos, ideologias, e vivências da sociedade. Apesar da ideia de que a imagem e os escritos da mulher estejam relegados ao esquecimento dos paraibanos, as mulheres participaram de todos os momentos históricos e as fontes para conhecermos suas histórias devem ser procuradas em toda parte, em bibliotecas, arquivos, acervos particulares e acervos culturais.

REFERÊNCIAS

- ABRANTES, A.; NETO, M. G. D. S. **Outras Histórias: Cultura e Poder na Paraíba (1889 - 1930)**. João Pessoa: Universitária/UFPB, 2010.
- ALMANACH DO ESTADO DA PARAIBA. João Pessoa; Imprensa Oficial. 908/1909/1933.
- ALMEIDA, Horácio de. História da Paraíba. João Pessoa, PB: Universitária/UFPB, 1978. v. II.
- BANDEIRA, Andréa . Uma Análise de Gênero sobre as Casas de Caridade do Padre Ibiapina (1860 - 1883). In: XXII Simpósio Nacional de História, 2003, João Pessoa-PB. Anais do XXII Simpósio Nacional de História, 2003.
- BONI, V.; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em ciências sociais. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, Florianópolis,SC, v. 2, p. 68-80, 2005.
- BURKE, P. **O que é História Cultural?** Tradução de Sergio Góes de Paula. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 2005.
- CHARTIER, R. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Difel, 1988.
- CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização**. São Paulo: Ed. UNESP; Brasília: FLACSO, 2000.
- CURY, C. E. . Programas escolares e métodos de ensino na documentação sobre instrução pública na Parahyba do Norte de 1835 a 1864. In: VI Seminário Nacional de estudos e Pesquisas História, Sociedade e educação no Brasil, **Anais Rede HISTEDBR**, Aracaju., 2003. v. 1.
- DUARTE, A. B. F. **A Construção do Feminino na Paraíba**: Revista Era Nova - 1921/1926. João Pessoa, PB: [s.n.], 2001.
- GOFF, J. L. **História e Memória**. Tradução de Bernardo Leitão. 4º. ed. CAMPINAS: UNICAMP, 1996. GOMES, Jandynéa de Paula Carvalho. A profissionalização dos professores na Parahyba do Norte (1834-1889). In: FERRONATO, Cristiano & PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira (orgs). Temas sobre a instrução no Brasil imperial. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2008.
- INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA – PARAÍBA (IFPB), 1979. Disponível em HYPERLINK <http://ifpb.edu.br/institucional/historico>. Acessado em 02/03/2014.
- KULESZA, W. A. A institucionalização da escola normal no Brasil (1870-1910). Revista brasileira de estudos pedagógicos, v. 79, n. 193, p. 63-71, set./dez. 1998.
- LIMA, Marileuza Fernandes Correia de et al. **Da Escola de Aprendizes Artífices da Parahyba à Escola Técnica Federal da Paraíba**: memórias do ensino técnico. 2a. ed. João Pessoa: ETEFPB, 1997.
- LIMA, Guaraciane Mendonça de. **O Collégio de Educandos Artífices – 1865-1874: A Infância Desvalida da Parahyba do Norte**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Paraíba - UFPB: João Pessoa. 2008.

- LINS, Tércia Bonavides (1976). **Perfil de Analice Caldas**. Plaquete. João Pessoa-PB.
- LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. 2ª. ed. Rio de Janeiro,RJ: E.P.U, 2013.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O Tempo Saquarema**. São Paulo: Hucitec, 2004.
- MARIZ, Celso. **Ibiapina: um apóstolo do nordeste**. 3 ed.,João Pessoa : Editora Universitária UFPB, Conselho Estadual de Cultura, 1997.
- MEDEIROS, João Rodrigues Coriolano de. **Resenha histórica da Escola de Aprendizes Artífices do Estado da Parahyba do Norte (5 de janeiro de 1910 – 30 de junho de 1922)**. Parahyba do Norte: [s.n.], 1922.
- MELLO, José Baptista de. **Evolução do ensino na Paraíba**. 3. ed. João Pessoa : Secretaria da Educação e Cultura, 1996.
- MELO, I. E. A. ; KULESZA, W. A. . Os aprendizes e os ofícios: reflexos do mundo do trabalho na educação profissional. In: IV Congresso Brasileiro de História da Educação:A Educação Sujeitos na História, 2006, Goiânia. **Anais do IV Congresso Brasileiro de História da Educação: a Educação Sujeitos na História**. Goiânia: Ed. da UCG, 2006. v. 1. p. 1-9.
- NUNES, M. L. D. S. **Patroneses de Escolas Públicas: Suas Memórias e Contribuições à Educação Paraibana (1930 -1950)**. UFPB. João Pessoa,PB, p. 1-11. 2012.
- NUNES, M. L. S. ; MACHADO, C. J. S. . A ASSOCIAÇÃO PARAIBANA PELO PROGRESSO FEMININO (APPF) E SUAS AÇÕES DE INCENTIVO À LEITURA (1933-1937). In: VII CBHE - CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 2013, CUIABÁ. VI Congresso Brasileiro de História da Educação. CUIABÁ: UFMT, 2013. v. 1. p. 1-15. _____O feminismo paraibano: Associação Paraibana pelo Progresso Feminino (APPF) - 1933. In: MACHADO, Charliton José dos Santos; NUNES, Maria Lúcia da Silva.. (Org.). **Gênero e sexualidade: perspectivas em debate**. 1ªed.João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2007, v. 1, p. 163-176.
- PERROT, M. **Minha história das mulheres**. 2ª. ed. São Paulo: Contexto, 2013.
- PINHEIRO, A. C. F. **Da Era das Cadeiras Isoladas à Era dos Grupos Escolares na Paraíba**. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.
- PINHEIRO, A. C. F. (Org.) ; CURY, Cláudia Engler (Org.) . **Leis e Regulamentos da Instrução da Paraíba no período Imperial**. 1. ed. Brasília: INEP-MEC-SBHE, 2003. v. 1. 214 p.
- RAMOS, A. **Analice Caldas: A Genealogista**. 1º. ed. João Pessoa: Sal da Terra, 2013.
- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil (1930-1973)**. 6. ed.Petropolis: Vozes, 1985.
- SÁ, Ariane Norma Menezes. A transição do Trabalho Escravo para o Livre no Norte Agrário na Segunda Metade do Século XIX. In: MEDEIROS, Maria do Céu; MENEZES SÁ, Ariane Norma. **O trabalho na Paraíba: das origens à transição para o trabalho livre**. João Pessoa, PB: Universitária/UFPB, 1999. p. 101-126. (Coleção História Temática da Paraíba, v. I).
- SALES, José Borges de. **Alagoa Nova**. Notícias para sua História. Fortaleza, Gráfica Editora R. Esteves Ti progresso Ltda. 1990.

- SANTOS, T. D. M. **Magistério Em Declínio**: histórias e memórias de ex-alunas do magistério do colégio nossa senhora da neves (1970). João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2009.
- SEIXAS, Wilson Nóbrega. **Viagem através da Província da Paraíba**. João Pessoa, PB: SESCET, 1985. 198 p.
- SILVA, F. D. **A Eva do século XX**: Analice Caldas e outras educadoras (1891/1945). João Pessoa, PB: [s.n.], 2007.
- SILVEIRA, Rosa Maria Godoy et al (Org.). **Estrutura de poder na Paraíba**. João Pessoa, PB: Universitária/UFPB, 1999. (Coleção História Temática da Paraíba, v. IV)
- SOIHET, Raquel. A pedagogia do espaço público para as mulheres e a militância feminista de Bertha Lutz. **Revista Brasileira de Educação**, Campinas, SP: Autores Associados, n. 15, p. 97-117, set/out/Nov/dez. 2000.
- STAMATTO, Maria Inês Sucupira. A carreira do professor primário (1822 – 1889). **Revista da Faebba** – Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Educação. V. 1 n° 1 (jan., 1992), Salvador, BA: UNEB, 1992. P. 83-91.
- TANURI, Leonor M. **Contribuição para o estudo da escola Normal no Brasil**. São Paulo: CRPE, n. 13, 1970.
- TAVARES, Eurivaldo. Caldas (1975). **Duas Vidas a Serviço da Paraíba**. Diógenes e Analice Caldas. João Pessoa-PB. A União Cia Editora.
- BARROS, A. C. D. **Álbum de Mlle. Analice Caldas**. Era Nova, Parahyba do Norte, 1921-1926.
- BARROS, A. C. D. **Alagoa Nova 1940**. João Pessoa, PB: [s.n.], 1940. 157 p.

ANEXO A - SUMÁRIO DO LIVRO ‘ALAGOA NOVA – 1940’

1. Origem
2. Paróquia, cemitério e casa da caridade
 - 2.1. Cemitério
 - 2.2. Casa da caridade
3. Instrução
4. Escolas
5. Professoras
6. Alguns professores uterinos e avulsos que teve a localidade
7. Justiça
8. Criminalidade e ordem pública
9. Rebeliões
10. Quebra quilos
 - 10.1. Ata de reunião
 - 10.2. Expediente
 - 10.3. Auto de perguntas
 - 10.4. Interrogatório
 - 10.5. Carta
11. Correio
12. Telégrafos
13. Imprensa e grêmios
14. Reisados
15. Carnaval
16. Modas e festas
17. Alagoa nova sob o ponto de vista agrícola
18. Algodão
19. Pecuária
20. Cana
 - 20.1. Arrolamento de engenhos
21. Café
22. Milho fumo e feijão
23. Dados genealógicos
 - 23.1. Família torres

- 23.2.** Pereira de Araújo
- 23.3.** Família Gabinio
- 23.4.** Família sobral fiel
- 23.5.** Aquino de Mendonça
- 23.6.** Os correia de Barros
- 24.** Alagoa nova – denominação atual – dados geográficos, fumo, produção, raízes alimentícias, frutas, legumes, plantas medicinais, pintureiras e madeiras de construção
- 25.** Fauna
- 26.** Fontes de abastecimento de água.